



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADES DE ECONOMIA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**CRISTIANO BORGES FONSECA**

**UMA APROXIMAÇÃO DA ANÁLISE FISCAL DOS MUNICÍPIOS DA BAHIA E O  
SEU DESENVOLVIMENTO (2010)**

**SALVADOR**

**2015**

**CRISTIANO BORGES FONSECA**

**UMA APROXIMAÇÃO DA ANÁLISE FISCAL DOS MUNICÍPIOS DA BAHIA E O  
SEU DESENVOLVIMENTO (2010)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Área de concentração: Teoria econômica.  
Orientador: Prof. Dr. Antonio Ricardo Dantas Caffé

**SALVADOR**

**2015**

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Cristina MagalhãesCRB 5- 960

Fonseca, Cristiano Borges

F676Uma aproximação da análise fiscal dos municípios da Bahia e o seu desenvolvimento (2010)./ Cristiano Borges Fonseca. –Salvador, 2015.  
xf. Il.; quad.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia,2015.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Ricardo Dantas Caffé.

1.Finanças públicas. 2. Análise fiscal – Municípios - Bahia. 3. Teoria econômica. I. Caffé, Antonio Ricardo Dantas. II. Título. III. Universidade Federal da Bahia.

CDD – 336.098142

**CRISTIANO BORGES FONSECA**

**UMA APROXIMAÇÃO DA ANÁLISE FISCAL DOS MUNICÍPIOS DA BAHIA E O  
SEU DESENVOLVIMENTO (2010)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: 27 de novembro de 2015

Banca Examinadora

Orientador: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Antonio Ricardo Dantas Caffé

Faculdade de Economia de UFBA

\_\_\_\_\_  
Prof.

Faculdade de Economia de UFBA

\_\_\_\_\_  
Prof.

Faculdade de Economia de UFBA

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus e a Jesus que sempre guiam os meus caminhos e orientam a minha vida, estando comigo que sempre onde quer que eu esteja. Por terem me dado forças para vencer mais essa etapa da vida.

Agradeço a minha grande mãe Maria Helena por todos os momentos de carinho, atenção, enorme amizade e muito amor. Obrigado por tudo que me ensinou conselhos e conversas sobre suas experiências na vida, aprendi muito com você!

Agradeço ao meu pai, Ivã Carvalho Fonseca. pelo exemplo de vida, de uma pessoa muito dedicada, batalhadora e guerreira, na qual eu tive como exemplo a seguir. Por todo o apoio e incentivo para os meus estudos. Obrigado por tudo que fez por mim, sempre te amarei pai!!!

Agradeço a Rutianque sempre me incentivou durante todo o momento do curso.

Agradeço ao meu orientador Ricardo Caffé, por ter me guiado no momento da dificuldade. Muito obrigado por toda atenção e ensinamentos.

Agradeço a todos os professores do curso de Graduação que contribuíram no meu caminhar intelectual e profissional.

Enfim, agradeço a todos que fizeram e fazem parte da minha vida.

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo averiguar em que medida a capacidade fiscal dos municípios do estado da Bahia se manifesta em benefícios sociais e de infraestrutura para suas respectivas populações. Para isso, foram usados recursos estatísticos como técnicas de análise descritiva e método dos quadrados dos mínimos ordinários e leituras de livros e artigos. Os dados utilizados são secundários, foram captados do Censo Demográfico de 2010 fornecido pelo IBGE, da Secretaria do Tesouro Nacional que produz Finanças do Brasil (FINBRA) e IPEA ambos com dados financeiros de 2010. Os municípios estão analisados em sete mesorregiões, método adotado pelo IBGE. Verificou-se no trabalho que os municípios com maiores receitas per capita, não necessariamente proporcionam melhor condição de vida para sua população, no entanto há outros serviços que há bom desempenho independentemente do nível de renda per capita. Dessa forma nota-se que há necessidade de mais variáveis para explicar o comportamento dos dados.

Palavras-chave: Benefícios sociais. Capacidade fiscal. Infra estrutura. Quadrados dos mínimos ordinários

## **ABSTRACT**

This study aims to determine to what extent the fiscal capacity of the state of Bahia municipalities is manifested in social benefits and infrastructure for their respective populations. For this, they used statistical techniques features such as descriptive analysis and Ordinary Least Squares and readings of books and articles. The data used are secondary, were obtained from the 2010 Population Census provided by IBGE, the Brazilian National Treasury that produces Finance of Brazil (FINBRA) and IPEA both with 2010. Financial data are analyzed in seven municipalities mesoregions, method adopted by IBGE. There was at work that municipalities with higher income per capita does not necessarily provide better living conditions for its population, however there are other services that there are good performance regardless of the level of per capita income. This is noticeable as there is need for more variables to explain the behavior of the data.

**Keywords:** Social benefits. Fiscal capacity. Infrastructure. Ordinary least squares

## LISTA DE QUADROS

|   |                                      |
|---|--------------------------------------|
| Quadro 1 – Variáveis utilizadas   | 33                                   |
| Quadro 2- Resumo descritivo das variáveis para a região Centro Norte da Bahia           | 35                                   |
| Quadro 3 - Resumo descritivo das variáveis para a região Centro Sul da Bahia            | 36                                   |
| Quadro 4 - Resumo descritivo das variáveis para a região Centro Norte da Bahia          | 37                                   |
| Quadro 5 - Resumo descritivo das variáveis para a região Metropolitana de Salvador      | 38                                   |
| Quadro 6 - Resumo descritivo das variáveis para a região Nordeste da Bahia              | 39                                   |
| Quadro 7 - Resumo descritivo das variáveis para a região Sul da Bahia                   | 40                                   |
| Quadro 8 - Resumo descritivo das variáveis para a região Vale do São Francisco da Bahia | 42                                   |
| Quadro 9- Municípios de maiores receitas e de menores receitas                          | <b>Erro! Indicador não definido.</b> |



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|        |   |
|--------|---|
| ABNT   | Associação Brasileira de Normas Técnicas                        |
| CF     | Constituição Federal  |
| EC     | Emenda Constitucional   |
| FCO    | Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste           |
| FE     | Fundo Especial  |
| FIEB   | Federação das Indústrias do Estado da Bahia                     |
| FNE    | Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste               |
| FNO    | Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste               |
| FPEX   | Fundo Constitucional de Compensação pela Exportação de Produtos |
| IUEE   | Imposto Único sobre Energia Elétrica                            |
| IUM    | Imposto Único sobre Minerais                                    |
| ITR    | Imposto Territorial Sobre a Propriedade Rural                   |
| LC     | Lei Complementar  |
| SEI    | Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia       |
| SEPLAN | Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia                   |
| IPEA   | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada                        |

## SUMÁRIO

|          |   |    |
|----------|---|----|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO</b>   | 9  |
| <b>2</b> | <b>DESENTRALIZAÇÃO FISCAL</b>                                     | 12 |
| 2.1      | DESENTRALIZAÇÃO FISCAL ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS             | 15 |
| 2.2      | OS EFEITOS DA DESENTRALIZAÇÃO FISCAL NA BAHIA                     | 21 |
| <b>3</b> | <b>ESTUDO ESTRUTURAL E ECONOMICO DAS REGIÕES BAIANA</b>           | 24 |
| 3.1      | METODOLOGIA   | 32 |
| <b>4</b> | <b>ANÁLISE DESCRITIVA DAS MESORREGIÕES DA BAHIA</b>               | 34 |
| 4.1      | CENTRO NORTE DA BAHIA   | 34 |
| 4.2      | CENTRO SUL DA BAHIA   | 35 |
| 4.3      | EXTREMO OESTE DA BAHIA  | 36 |
| 4.4      | METROPOLITANA DE SALVADOR   | 37 |
| 4.5      | NORDESTE DA BAHIA SUL DA BAHIA                                    | 39 |
| 4.6      | SUL DA BAHIA  | 40 |
| 4.7      | VALE DO SÃO FRANCISCO DA BAHIA                                    | 41 |
| <b>5</b> | <b>MODELAGEM ESTATISTICA: MÉTODO QUADRADOS MÍNIMOS ORDINÁRIOS</b> | 43 |
| 5.1      | CENTRO NORTE DA BAHIA   | 43 |
| 5.2      | CENTRO SUL DA BAHIA   | 44 |
| 5.3      | EXTREMO OESTE DA BAHIA  | 45 |
| 5.4      | METROPOLITANA DE SALVADOR   | 46 |
| 5.5      | NORDESTE DA BAHIA SUL DA BAHIA                                    | 46 |
| 5.6      | SUL DA BAHIA  | 47 |
| 5.7      | VALE DO SÃO FRANCISCO DA BAHIA                                    | 48 |
| <b>6</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                       | 49 |
|          | <b>REFERÊNCIAS</b>  | 51 |
|          | <b>APÊNDICES</b>  | 53 |

## 1INTRODUÇÃO

Nos cofres públicos as receitas de tributos e demais entradas de recursos dependem em grande extensão do comportamento de fatores como: faturamento, circulação de mercadorias, rendas derivadas do capital e do trabalho, os quais tendem a apresentar mais variação do que a arrecadação decorrente da tributação sobre patrimônio, qualificada como estoque. Para manter os padrões de receita ajustados com o gasto exige, contudo, que os governos se dediquem a atividades de planejamento, acompanhamento e gestão das contas públicas, principalmente em relação às tarefas de lançamento de tributos, cobrança de débitos, redução da sonegação, dentre outros itens, como forma de garantir recursos em volume capaz de reduzir as carências no atendimento das demandas sociais de toda ordem.

Acontece que a determinação dos gastos permitida por lei obedece a um processo longo, não apenas econômico-financeira, mas também política, social e institucional, e abrange considerações de alocação e redistribuição de recursos, com a finalidade de reduzir as desigualdades pessoais, setoriais e regionais de renda e de oportunidades.

A Constituição 88 em sua composição trouxe um sistema tributário descentralizado instituindo aos municípios uma posição distinta. Pois, suas receitas foram aumentadas por volumosas transferências da União e dos Estados.

A finalidade é avaliar a associação entre a riqueza do estado, representada pela conjuntura fiscal de seus municípios, e a qualidade de vida de sua população, em relação à dimensão social quanto à infraestrutura de que dispõe.

A descentralização fiscal e medida através dos Estados com maior ou menor participação nos rendimentos e nos gastos públicos e pela autonomia na direção das políticas públicas. E todas acarretam certa despesa financeira. Esta despesa deverá ser implementada somente pelo governo local ou ser dividida com outro ente federado que almeje agir de forma cooperada. Avaliada estas variáveis e as modificações colocadas pela Constituição de 1988 a caminho da materialização e o aprofundamento do processo de descentralização, entendemos que o Brasil forma uma Federação, de fato e de direito, acentuadamente descentralizado.

O presente trabalho tem como proposta apresentar o tema: “Análise fiscal dos municípios baianos e o seu desenvolvimento econômico”, De forma geral a análise fiscal do município é de vital importância para o controle da gestão pública, e de certa forma o desempenho municipal através da análise fiscal dos mesmos.

A escolha do tema perpassa pela contribuição no que se refere à análise fiscal dos municípios do Estado da Bahia bem como seu desenvolvimento econômico. Pretende-se oportunizar um aporte teórico nos arquivos fiscais dos Municípios em prol da análise fiscal bem como suas receitas e os efeitos sociais.

Em decorrência da realidade exposta, o problema de pesquisa é: o orçamento municipal é suficiente para garantir à população as ofertas de serviços públicos como, educação, coleta de lixo, iluminação pública entre os serviços básicos municipais?

O objetivo geral é analisar a riqueza municipal por meio de suas receitas e o efeito social e estrutural a partir do censo de 2010 e dados financeiros deste ano. Vinculados ao objetivo geral e ao problema desta investigação, os objetivos específicos pretendem: a) compreender se a receita tem relação direta com o serviço público; b) Identificar o volume de receitas municipais; c) analisar a se os gastos com despesas tem relação direta com melhor educação.

Assim, com base nos objetivos específicos definidos, pretende-se demonstrar a receita dos municípios e sua aplicação em benefícios sociais e os impactos na receita municipal. A metodologia utilizada neste trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica, em que preocupou-se em explicar o objeto, a partir de referências teóricas publicadas em lei e documentos, no intuito de recolher informações e conhecimentos prévios acerca de um assunto para o qual se procura resposta, através da bibliografia já tornada pública, a exemplo de publicações avulsas como: boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, artigos, periódicos, teses, material cartográfico.

O método a ser utilizado é dialético onde os fatos são estudados na sua integridade dentro do contexto social apresentando, a partir da abordagem histórica acerca da descentralização e análise fiscal dos municípios baianos e análise de regressão múltipla.

Neste contexto, o presente trabalho está organizado: O primeiro capítulo trata da parte

introdutória da pesquisa. O segundo capítulo faz-se uma abordagem conceitual como forma de compreender a descentralização fiscal, enfatizando os aspectos positivos e negativos e seus efeitos nos municípios baianos. Já o terceiro capítulo mostra o estudo econômico divisão geográfica e característica econômicas das regiões baianas e a metodologia utilizada. No quarto capítulo traz a análise fiscal e econômica dos municípios; método Quadrados Mínimos Ordinários linear. Já o quinto e último capítulos traz as considerações finais.

## **DESCENTRALIZAÇÃO FISCAL**

O federalismo fiscal no Brasil, muitas vezes trouxe como característica marcante, a concentração nas tomadas de decisões tributárias. Especialmente no que cabe ao repasse de verbas feito aos entes federados da União, sendo seu principal marco as mudanças Constitucionais de 1988. Neste ficou redefinido um novo marco: o da descentralização fiscal, ou seja, a concessão da ampliação do grau de autonomia fiscal dos estados e municípios ganhou um novo contexto.

È esperado da estrutura federativa enquanto seu significado de gestão para com seus entes federados, é que eles possam beneficiar-se de condições exclusivas. Segundo Blanco (1998), estes requisitos seriam:

- 1º A Minimização de perdas de eficiência econômica mediante a correta eleição de instrumentos tributários e níveis para administrá-los;
- 2º a necessidade de garantir a suficiência financeira das distintas unidades de governo a partir de uma ampla participação das receitas tributárias na estrutura de financiamento dos níveis inferiores de governo que permitam provisão de bens públicos eficientes e adaptados às preferências locais. (BLANCO, 1998, p.15).

A Constituição de 1988 consagrou uma nova fase do federalismo fiscal no Brasil que contudo, ainda não está, concluída. “Demandas de estados e municípios por descentralização das receitas públicas foram atendidas, mas as dificuldades encontradas para fazer com que a descentralização das responsabilidades públicas.” (REZENDE, 2001, p.333). Ficou constatado de fato que a Constituição permitiu desobstruir do caminho em direção a um processo de descentralização tributária, que reduziu o âmbito de interferência do Governo Federal.

A descentralização fiscal de forma geral teve início com a decisão de passar para os governos Estaduais e Municipais algumas das atribuições do governo Federal para, em um outro momento, negociarem-se os recursos ajustados com as suas atribuições. Em determinadas situações, a cronologia foi invertida: primeiro aconteceu à descentralização de recursos e, posteriormente, a mudança de atribuições.

Na descentralização fiscal sugerida determinada autonomia dos governos regionais e locais nas disposições de gasto e de arrecadação, porém ficaria com algum cargo perante os cidadãos daquelas circunscrições. Os mesmos ganham os benefícios implícitos nos gastos, além

dissosão os financiadores de pelo menos parte destes. Esta autonomia nas demandas fiscais faz com que pelo menos parte do orçamento global seja decidida localmente.

A descentralização é referente ao sistema federalista e se adequa principalmente em grandes territórios, onde as diferenças econômicas e sociais entre regiões do território nacional tornam-se mais evidentes (PARENTE, 2006).

O que de fato ocorreu na descentralização, foi que os estados e municípios puderam gozar de maior autonomia financeira e até mesmo de aumentos significativos nas suas receitas e também aumento dos seus encargos com o passar dos anos. Para deixar claro, a descentralização é um procedimento nitidamente político, restrito a um Estado nacional, que brota da conquista ou transferência eficaz de poder decisório a governos subnacionais, os quais adquirem autonomia para eleger seus governantes e legisladores, para conduzir de forma direta sua administração, para elaborar uma legislação de acordo com as competências que lhes cabem, e cuidar de sua estrutura tributária e financeira.

A descentralização no Brasil teve início bem antes da crise fiscal ter manifestado e ocupado o centro da pauta da política econômica. Paralelo a isso, os problemas de governabilidade nos anos 80 ficaram associados ao processo de hiperinflação e, com isso, a descentralização era vista pelo governo federal como um potencializador do problema. Nos anos 80, os governos subnacionais passaram a ter papel de destaque na Federação brasileira. A batalha dos estados e municípios pela descentralização tributária iniciou no final dos anos 70, com a manifestação da crise econômica e com o processo de redemocratização do país. Deste modo, a descentralização no país pode ser percebida, basicamente, como uma “descentralização pela demanda”.

Os estados alcançaram seus ganhos fiscais especialmente ao longo da redemocratização, nos anos 80, enquanto que os municípios aumentaram sua participação na receita fiscal com a vigência da Constituição de 1988. Além disso, ocorreu também uma descentralização inter-regional da receita disponível, a qual aumentou a taxa nas regiões menos desenvolvidas do país. Isso pode ser analisado por meio da diferença entre as receitas próprias e disponíveis das regiões mais desenvolvidas como: Sudeste e Sul e as das regiões mais atrasadas, ou seja, Nordeste, Norte e Centro-Oeste (AFFONSO, 2000).

A descentralização é identificada como instrumento de aprimoramento da eficiência do gasto público. Ao repartir e/ou compartilhar funções, os recursos podem ser alocados e aplicados de acordo com as necessidades regionais. Isto implica na predominância dos esforços em medir a descentralização concentrados na autoridade fiscal. Equivale a dizer que os aspectos fiscais se sobrepõem aos políticos e de gestão pública em um estado descentralizado (RODDEN, 2005).

Na medida em que, se rompe o modelo de financiamento externo e se arraiga a crise na economia nos anos 80, as bases fiscais do Estado Nacional são consumidas pela elevação progressiva da dívida externa privada e pelo uso dos preços e custos das empresas do Estado como instrumentos de política econômica, com o objetivo de abrandar os momentos da crise sobre o setor privado.

Estes fatores, aliados à perda de receitas e ao aumento das vinculações federais, fizeram com que a União perdesse a capacidade de soldar interesses regionais, quer seja através da “renúncia fiscal”, ou através dos seus gastos diretos nos estados e municípios mediante a administração direta, as empresas do estado, os programas e fundos e o aparelho financeiro do Estado.

Neste momento o governo federal esboçou, sem sucesso, a denominada “operação desmonte”, numa tentativa de repassar aos estados e municípios com a regulamentação do artigo 23 da Constituição Federal atribuições e novas jurisdições quanto ao gasto. Esta ação esbarrou numa feroz resistência no legislativo e na burocracia da União (AFFONSO, 1995).

Enquanto isso, os governos estaduais e municipais recorreram à exploração das suas bases impositivas e a recorrer cada vez mais, para se financiarem, aos seus bancos e empresas e a expedientes solidários com uma inflação ascendente o atraso no pagamento de empreiteiros, fornecedores e funcionários públicos, o aumento do seu endividamento interno e externo (AFFONSO, 1995).

A descentralização, além de satisfazer às exigências de diminuição do Estado Central, propiciaria o início de regras de “comportamento privado” no setor público, ao constituir maior concorrência no domínio de cada esfera descentralizada de governo e ao oferecer melhores condições para a cobrança de serviços públicos eficientes por parte dos “usuários-contribuintes”.



## 2.1 DESCENTRALIZAÇÃO FISCAL ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS

Há um grande número de publicações acadêmicas a respeito da descentralização e autonomia no gerenciamento dos recursos tributários e fiscais. Entretanto, na prática, a divisão das competências não se traduz automaticamente em uma divisão dos tributos em montante equivalente (REZENDE, 1996).

É a concretização de princípios democráticos nas instituições políticas de cada nível de governo que define seu caráter e não, a escala ou âmbito das decisões. Pode parecer ingênuo afirmar (pois, na verdade, uma concepção que associava gestão do nível central de governo a ausência de democracia esteve presente no debate), mas o simples fato de que determinadas questões ou políticas sejam geridas (e/ou tenha seus mecanismos decisórios processados) pelo nível central não é indicador de uma gestão menos (ou mais) democrática (ARRETCHE, 1996).

Com isso não significa que a descentralização de um conjunto significativo de decisões políticas não possa ser um elemento de radicalização e aprofundamento da democracia nas circunstâncias atuais. Mais que isto, faz sentido supor que instituições de âmbito local, dotadas de efetivo poder, possam representar um incentivo à participação política, dado que podem possibilitar formas mais efetivas de controle sobre a agenda e sobre as ações de governo.

Contudo, não é suficiente apenas reparar a escala ou âmbito da esfera responsável pela decisão a ser tomada. É necessário que se construam instituições cuja natureza e cujas formas específicas de funcionamento sejam compatíveis com os princípios democráticos que dirigem os resultados que se espera produzir.

A centralização significa a concentração de recursos e/ou competências e/ou poder decisório nas mãos de entidades específicas no "centro" (governo central, agência central, etc). Descentralizar é deslocar estes recursos do "centro" e colocá-los em outras entidades específicas (os entes descentralizados) (ARRETCHE, 1996).

A primeira tem sido identificada como antidemocrática, na medida em que ensejaria a possibilidade da dominação política. Contudo, não existe uma garantia prévia -- intrínseca ao mecanismo da descentralização -- de que o deslocamento destes recursos implique na abolição

da dominação. Deslocar recursos do "centro" para subsistemas mais autônomos pode evitar a dominação pelo "centro", mas pode permitir esta dominação no interior deste subsistema.

Os que fazem oposição contra a descentralização tributária e fiscal argumentam que tal estrutura é sugerida apenas para os países industrializados, não se aplicando aos países em desenvolvimento (CHALFUN, 2005).

No caso brasileiro, é comum dizer-se que as alterações sugeridas na Constituição de 1988 atribuíram aos estados e municípios, principalmente a estes últimos, uma carga de responsabilidades não condizente com sua capacidade gerencial, muito embora o volume de recursos disponíveis tenha aumentado após a promulgação da nova (CHALFUN, 2005).

Não há dúvidas de que a descentralização fiscal trouxe benefícios aos governos locais quanto ao aumento das receitas, não parece ser motivo de discórdias entre as opiniões de especialistas do setor público. Entretanto o grande entrave desse benefício foi que a significativa redução da participação da União na receita disponível concomitante ao aumento da participação dos municípios da mesma.

A principal crítica ao federalismo desenvolvido após 88, é que esta, ao promover a descentralização fiscal, fez somente quanto aos recursos. Estados e municípios ganharam recursos, mas teria assumido ainda maiores responsabilidades nas despesas (desproporcionais). O que gerou deterioração dos serviços e no maior desequilíbrio federativo (RESENDE, 2001).

Outra crítica pertinente, é que ocorreu um processo de transferência de competência ou de intensificação da municipalização dos serviços, viabilizada pela elevação do repasse de recursos intergovernamentais.

É evidente que o texto constitucional sancionado fortaleceu financeiramente os municípios, o que aconteceu muito mais pelo aumento da sua participação nas mudanças constitucionais, do que pelo acréscimo da sua capacidade tributária.

As unidades federativas possuíam certa independência quanto a condições políticas e econômicas para poderem atuar em qualquer área de pleno interesse, desde que respeitados os direitos expressos da União (SANTOS, 2009).

Quanto à descentralização da disposição de gasto, si faz necessário, que no início, se proceda a separação entre políticas públicas nacionais e as que são predominantemente distritais, tanto para se minimizarem os custos de sua implementação quanto para se evitar falhas da coletividade decorrentes da uniformidade de tratamento. Assim, quanto mais concentrados os benefícios e custos das políticas públicas, mais ajustada torna-se a sua produção pelas unidades inferiores de governo. Ao contrário, quanto mais difusos os custos e benefícios, melhor é implementada pelo governo central.

No caso das políticas públicas que comprometem todo o país uniformemente, a estrutura da descentralização não é adequada, pelo menos sob um olhar exclusivamente fiscal. Políticas públicas que regulamentam, por exemplo, que oferecem um forte grau de externalidades e cujos efeitos se desenvolvem por mais de um território estadual precisam em princípio ser centralizadas no nível mais alto de governo.

Com ausência destas limitações, a descentralização no fornecimento de políticas impõe-se devido à vantagem informacional, que aceita compor os preços relativos de sua produção com a forma regional de seu financiamento. A condição essencial é que os estados resolvam sobre a quantidade e a natureza das políticas, confrontando os benefícios ganhos com os custos incidentes. Ou seja, os custos de produção das políticas são arcados pelos próprios estados beneficiários.

De acordo com Souza (2002), a descentralização estimulava uma maior participação dos governos locais na provisão de serviços sociais e na adoção de políticas participativas. É exatamente esta proximidade entre governo e sociedade, a grande fonte motivadora do debate e da disseminação das idéias favoráveis à descentralização.

A propósito da hipótese de que os governos locais são melhores entendedores da realidade local, e, deste modo mais hábil na alocação dos serviços públicos apropriados cabe ressaltar a fundamental de que essas hipóteses só são válidas quando o empenho e interesse público são de fato o motivador do governante.

Assim, a descentralização promove o intercâmbio de informações sobre os custos e benefícios da implementação de políticas públicas e a forma como elas respondem à demanda, otimizando, de acordo com a teoria, a alocação macroeconômica dos recursos. Apesar disso,

nada pode garantir que os atores políticos dos estados, maximizadores de utilidade por excelência, considerem interesses de grupos ou indivíduos, ou os eliminem de possíveis benefícios, a depender do que atribuam como mais lucrativo na produção das políticas de gastos.

A despeito dos vultosos benefícios imputados a descentralização fiscal também não pode ser visto como um instrumento dotado somente de virtude e livre de resultados negativos. A descentralização tampouco pode ser aceita como um instrumento apropriado para solucionar todos os males de eficiência do Estado ou um fim em si mesmo, a ser caçado a qualquer custo e de forma crescente.

Já os defensores da centralização apontam para as dificuldades em harmonizar os entes federados, uma vez que a maior autonomia pode levar a conflitos entre os governos subnacionais, comprometendo as funções alocativa, distributiva e estabilizadora do poder público. Para se associar a centralização com a função alocativa destacam-se as dificuldades em compatibilizar a descentralização com a eficiência na alocação de recursos, principalmente se o país possui grandes disparidades regionais na distribuição da renda. A descentralização pode estimular processos migratórios e a instabilidade política e social.

Os Estados mais ricos, ao oferecerem bens e serviços de melhor qualidade ao contribuinte, podem motivar um processo migratório, ampliando assim, o desequilíbrio social. Por meio da Função Distributiva enfatiza-se que a melhor forma de atuação dos governos pode ser uma política nacional centralizada, com certo grau de autonomia às unidades subnacionais, especialmente em países com grandes desigualdades regionais.

O governo central deve arbitrar, neste caso, no sentido de melhorar a distribuição desta riqueza. Já a Função Estabilizadora está associada à liberdade das decisões de gastos nas esferas subnacionais, sendo que, sem o controle de um poder central, estas poderão alterar a demanda agregada, ao ponto de inviabilizar a estabilidade macroeconômica do país.

Para a corrente centralista, os motivos são baseados, especialmente, na necessidade da satisfação de critérios de eficiência e eficácia associados à manutenção da estabilidade macroeconômica, de desenvolvimento econômico e do tamanho apropriado do Estado. Além disso, a manutenção de uma política de crescimento de longo prazo esta sujeita a consistência

da política macroeconômica diante do conjunto das variáveis de natureza agregada (taxas de poupança, formação bruta de capital fixo, etc).

Estes problemas se revelam através de uma série de processos, como: renda e o gerenciamento dos recursos da seguridade social, conseguidos de forma descentralizada, possuem a capacidade de gerar riscos de quebra das semelhanças entre os instrumentos de estabilização automática e de controle das flutuações cíclicas da estrutura econômica. Os centralistas defendem o gerenciamento dos mecanismos de tributação sobre a renda e a gestão dos fundos de previdência pública preponderantemente no governo central.

Analogamente, ampara que o descontrole do endividamento e a incapacidade no pagamento das dívidas, por parte dos entes subnacionais, podem trazer ameaças a posição fiscal do tesouro nacional, na medida em que gera acréscimo no déficit e diminuição do poder de administração da execução orçamentária, ambos pela visão consolidada o que provoca o surgimento de pressões de natureza inflacionária.

Trazem argumentos que a centralização apresenta a vantagem de reduzir os desequilíbrios econômicos entre regiões e as desigualdades fiscais, o que não ocorre em situações nas quais os governos subnacionais dispõem de vasto arsenal tributário. Diferenças de riqueza e renda podem vir a se acentuar com a descentralização, tendo em vista que localidades apresentando situação prosperas possuem maiores alíquotas e maiores bases de tributação, o que permite a criação de um federalismo “à la mercado”, podendo criar resultados negativos para o alcance do idealizado federalismo de equilíbrio.

A linha de argumentação dos centralistas é, portanto, a de enfraquecer a noção da existência de uma relação direta entre descentralização e crescimento econômico. Ademais, essa relação pode ser ofuscada pela interação de outras variáveis que, em seu conjunto, apresentam maior robustez com o nível de crescimento.

A ótica cética da descentralização ampara ainda que, devido ao baixo custo de mobilidade entre as localidades de um estado federativo, os fatores de produção (trabalho e capital) tendem a se localizar onde a carga tributária local for menor. Esta realidade se equipara a um leilão pelo menor preço. O processo de menores lances força a geração de déficits. A sua

cobertura demanda um conjunto de normas que afetam a carga tributária local, impactam negativamente o rating subsoberano e requerem o aumento de transferências voluntárias.

Defendem ainda que a descentralização apresentam riscos originários de fortes contradições internas relacionadas à competição entre as jurisdições, definida como a rivalidade entre governos, na qual cada nível procura se apropriar dos recursos do outro ou na qual cada governo procura evitar incorrer em custos na provisão dos serviços à população. A estratégia no uso de incentivos fiscais destinados à atração de empresas e a recusa na prestação de serviços são exemplos típicos de tais situações(CHALFUN, 2005).

No que tange ao problema da desigualdade regional, sua relativa importância quanto ao período, pode-se destacar ação do voto como uma variável importante. Pois marcou uma evolução sobre a democracia brasileira. Característica fundamental para no sistema de transferência governamental, sobretudo, por se fazer de barganha(SANTOS, 2009).

Parece simples, mas o sistema federativo tem uma administração complexa. Identificar as características regionais e alocar recursos demandam o já citado conhecimento das preferências do consumidor. Estes dados contem um nível de abstração que envolve aspectos culturais de difícil mensuração. Assim, os principais pontos positivos e negativos da descentralização fiscal, os pontos positivos são: pode estimular a competição e diminuir a carga tributária; pode gerar eficiência na alocação dos recursos públicos; pode proporcionar maior grau de experimentação e inovação na prestação de serviços públicos. Os pontos negativos são: pode estimular as desigualdades regionais; pode gerar instabilidade macroeconômica no país; pode da origem a nociva guerra fiscal entre os governos subnacionais; esta relacionado a maior incidência de corrupção.

## 2.2 OS EFEITOS DA DESENTRALIZAÇÃO FISCAL NA BAHIA

A descentralização fiscal trouxe muitos efeitos para os estados federados. Este fato tornou-se predominante para o país continuar e em alguns episódios ou até agravar os problemas regionais anteriores. Especialmente a situação fiscal.

Através da constituição deste período a sociedade brasileira obteve um marco histórico, ou seja, um marco nos eventos políticos com o fim dos enlases do regime da ditatorial e pelocomeço do novo processo de abertura econômica do país.

A Constituição de 88 inaugurou uma nova fase do federalismo fiscal brasileiro que, entretanto ainda não está concluída. “Demandas de estados e municípios por descentralização das receitas públicas foram atendidas, mas as dificuldades encontradas para fazer com que a descentralização das responsabilidades públicas.” (REZENDE, 2001, p.333).

A carta magna trouxe também um novo olhar do papel do Estado se opondo ao Regime Ditatorial vivenciado até aquele momento. A análise do município como ente da federação virou foco principal de oferta de serviços públicos por estarem mais próximo dos cidadãos e desta forma as mudanças ocorreram.

O processo de descentralização, avançado a partir daConstitucionalde 1988, trouxe como reflexoo aumento das transferências do governo federal paraEstados e Municípios, por meio de seus fundos de participação. Os recursos transferidos de modo geral, não estão sujeitos a umsinal de gasto exclusivo e, poroutro lado, a própria transferência opera como mecanismo de desestímulo aoesforço da arrecadação municipal.

A principal característica da época do federalismo era concedermaior autonomia aos estados e municípios para que os mesmos pudessem, sem violar os limitesestabelecidos pela União e balizar frentes para atuar de forma abrangente.E a Constituição de 1988 possibilitou a abertura docaminho em direção ao processo de descentralização tributária, que reduziu ocampo de interferência do Governo Federal.

Com estenovo desenho do sistema tributário brasileiro a redistribuição de recursos entre os níveisde governo favoreceuprincipalmente os municípios, pois trouxe aumento em sua capacidade tributária, também tiveram suas receitas aumentadasintensamente naparticipação nas receitas de impostos federais e estaduais. Apenas um dispositivoinstitucional implicou virtual diminuição de receitas municipais: a redução de 100% para50% da partilha do Imposto Federal Territorial Rural (ITR). Ainda assim, a perda de recursosnesse caso é desprezível, pois a carga desse imposto real é quase nula (PARENTE, 2006).

Na verdade o que aconteceu na descentralização foi que os estados e municípios puderam gozar de maior autonomia financeira e até mesmo de aumentos significativos nas suas receitas e também aumento dos seus encargos com o passar dos anos.

O fato é que, os municípios foram os que mais se beneficiários do processo de descentralização, embora existam desigualdades na distribuição da receita própria entre eles. Como os tributos mais importantes têm características predominantemente urbanas, as propriedades mais valorizadas e as atividades de serviços encontram-se mais concentradas nos grandes centros e nas regiões mais desenvolvidas, de modo que a arrecadação acabou se concentrar nas regiões mais abastadas. Deste modo, as transferências, em especial as do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), desempenham o papel de minimizar a variação no padrão de financiamento dos municípios brasileiros.

No entanto, ao longo do tempo, observou-se que as habilidades administrativas atribuídas passaram a ser desproporcional frente às receitas vindas dos repasses recebidos. Conseqüência: o orçamento das prefeituras foi afetado de forma considerável.

O FPM é a fonte inicial de financiamento para a maior parte das prefeituras, tendo relevância inversamente proporcional ao tamanho do município. Todavia, há que se destacar que o Brasil é um país que não adota nenhuma forma exclusiva de prêmio ao empenho de arrecadação por parte das municipalidades e até pouco tempo atrás não tinha nenhum instituto legal que disciplinasse a gestão financeira municipal, o que somente foi adquirido com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), no ano de 2003.

No entanto, as transferências, foram incentivadas pelo aumento da participação do FPM no IPI e IR, assim como pelo aumento da cota parte do ICMS. Foram predominantemente como fonte do financiamento de despesas e serviços públicos de educação, saúde e infraestrutura da grande maioria das prefeituras do país. Circunstância decisiva para que os municípios permanecessem dependentes das transferências repassadas pelas esferas superiores.

Com a intenção de minorar suas perdas, a União além de criar novos impostos e transferir competências sobre políticas públicas, a destacar nas áreas de educação e saúde, passou a ampliar as alíquotas das contribuições já existentes.



A nova configuração tributária causou sérios problemas. Na esfera política deixa transparecer a concorrência tributária entre os entes federados. Viol(2000) assegura que o processo competitivo tributário em federações, ao trazer as autonomias fiscais subnacionais, proporciona que determinado governo, agindo de modo não-cooperativo, utiliza-se dessa autonomia e implemente medidas tributárias que influenciam os resultados econômicos e sociais de outros governos.

Também concluem que, no novo sistema de distribuição das receitas, ao aumentar o percentual das transferências federais e estaduais para os municípios, os recursos disponíveis para os programas sociais são diminuídos. Estes arremates se chocam com o fato de termos uma receita maior por habitante nos pequenos municípios que nos maiores, logo, temos mais receita onde a falta das autoridades públicas é maior, bem como ao designar receitas para pequenos municípios as esferas federal e estadual também estão reduzindo a necessidade de sua atuação no local.

Adicionando as distorções de arrecadação e distribuição de receitas estão as deformidades nas divisões das atribuições governamentais de cada ente federado. Segundo Varsano (1996), na Constituição de 1988 áreas importantes no processo de desenvolvimento econômico e social que seriam facilmente descentralizáveis como as de seguridade social e educação são repartidas entre os entes, mas todas são financiadas com recursos no nível federal.

Apesar disso, podemos dizer que as prefeituras conseguiram coletar mais pela esfera impositiva do que individualmente. Segundo Bremaeker (1995), as unidades locais proporcionam realidades particulares em termos de população, nível de urbanização, estrutura e política, base econômicas, composição das receitas e graus de politização da comunidade que fazem com que se possa entender o uso de poucos dados do conjunto para expressar distintas realidades.

### 3 ESTUDO ESTRUTURAL E ECONOMICO DAS REGIÕES BAIANA

O estudo em questão traz um recorte espacial o estado da Bahia. O território baiano compreende duas regiões distintas: uma extensa faixa litorânea, onde se situa grande parte das principais cidades da Bahia, e o interior, semi-árido, com algumas ilhas de prosperidade. Segundo o IBGE, este Estado esta dividido geograficamente em sete mesorregiões que são: Extremo Oeste Baiano; Vale São Franciscano da Bahia; Centro-Norte Baiano; Nordeste Baiano; Região Metropolitana de Salvador; Centro-Sul Baiano; e Sul Baiano que se dividem em 32 microrregiões e 417 municípios de acordo com a divisão Territorial do estado.

A Divisão Regional do Brasil em mesorregiões deve como princípio identificar áreas individualizadas em cada uma das Unidades Federadas. As mesmas foram definidas com base nos seguintes critérios: “[...] o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial.” (IBGE, 2014).

A aplicabilidade dessas subdivisões reporta à: Elaboração de políticas públicas; subsidiar o sistema de decisões quanto à localização de atividades econômicas, sociais e tributárias; subsidiar o planejamento, estudos e identificação das estruturas espaciais de regiões metropolitanas e outras formas de aglomerações urbanas e rurais. (IBGE, 2014).

Portanto, podemos compreender que as mesorregiões são subdivisões geradas paramelhor planejar, ordenar o arranjo espacial brasileiro, sendo que os municípios que formam uma dessas regiões precisam ter articulações entre si. As mesorregiões divergem umas das outras pela posição geográfica no que tange à aspectos naturais, ou seja, pelo número de municípios pelo número de habitantes, pelas atividades econômicas entre outros aspectos. Além disso, há grande diversidade no nível de atividades produtivas entre as diversas mesorregiões.

Contudo, dada a concentração espacial da população e das atividades econômicas, considera-se melhor a economia estadual por meio de uma divisão mais abrangente do Estado: Região Metropolitana de Salvador; Região da Orla Sul; e Demais Municípios.

Já no aspecto populacional há grandes diversidades internas. Salvador é a terceira cidademais populosa do Brasil, com aproximadamente 2,7 milhões de habitantes. Na distribuição da população no território estadual destacam-se, além da mesorregião onde se localiza a Região

Metropolitana de Salvador, o Centro-Sul Baiano, abrigando 19,6% da população estadual, o Centro-Norte Baiano, com 16,7%, e o Sul Baiano, com 15,4% da população do Estado. A região metropolitana de Salvador, a RMS, é formada atualmente, por 13 municípios, que, juntos, possuíam, em 2010, 3.642.682 habitantes. As demais mesorregiões são ocupadas pelos restantes das mesorregiões, conforme os dados do Censo Demográfico de 2010. A maioria dos municípios baianos (74,94%) possui população entre 10 mil e 50 mil habitantes. Esses 311 municípios abrigam 50% da população estadual. Contudo, as assimetrias não se reduzem à esfera populacional.

Figura 1- Mapa das mesorregiões da Bahia



Fonte: IBGE, 2010

A Região Metropolitana de Salvador corresponde à microrregião 21 do IBGE, e abrange dez municípios. Esta região e mais alguns municípios próximos a ela agrupam as principais indústrias do Estado: química; metalúrgica; papel e papelão; material plástico; bebidas; produtos alimentares; e material elétrico e comunicações.

A Região Paer Orla Sul do Estado corresponde à mesorregião 7 definida pelo IBGE, e abarca uma faixa estreita ao longo de todo o litoral sul do Estado, abaixo da Baía de Todos os Santos. A economia nessa região está centrada, especialmente, na indústria de papel e papelão (extremo sul); na fruticultura (indústria cacaeira em Ilhéus e Itabuna e mamão, nos municípios mais ao sul); e no turismo na orla marítima, centrado principalmente na chamada “costa do descobrimento”, no município de Porto Seguro e proximidades. E um pólo de informática em Ilhéus.

Os outros municípios formam a faixa litorânea norte e o interior do Estado. A atividade econômica está centrada em poucos municípios, em torno de Barreiras e Juazeiro. As atividades econômicas no interior são fundamentalmente agricultura e agroindústria (grãos e fruticultura) a indústria calçadista, em vários municípios do interior do Estado. Os municípios vizinhos à Região Metropolitana de Salvador desenvolveram-se a partir das indústrias que foram instaladas ali, tornando-se uma continuidade da industrialização daquela região. Adenominada Macrorregião Metropolitana de Salvador.

O processo de desenvolvimento econômico no Estado da Bahia é intensamente assinalado pelas desigualdades sociais e regionais. A economia baiana no período colonial até 1970 era primário-exportadores. A partir daí ele perde este atributo, passando a ser predominantemente industrial. Foram instaladas no estado indústrias do setor petroquímico, metalúrgico, de celulose e na atualidade a indústria automobilística.

No começo, como economia era primária-exportadora, o cacau, o principal produto de exportação, não permitiu a implantação de outras atividades econômicas que beneficiou a diversificação da estrutura produtiva do estado. Sustentando, deste modo, o modelo primário-exportador e garantindo a liderança do setor agrícola na composição do PIB estadual e na pauta de exportações baianas (ALCOFORADO, 2003).

Contudo, com a política de substituição de importações implementadas pelo governo federal na década de 70, a Bahia entrou num processo de industrialização, principalmente na produção de bens intermediários. A implementação da Refinaria de Mataripe na década de 50, pode ser considerado o marco inicial deste período.

O processo de industrialização reduziu o peso da agricultura e um aumento do setor secundário

na participação do PIB. (Neste cenário a Bahia se transformou em uma das principais fornecedoras nacionais de matérias-primas fornecedoras ao Plano de Desenvolvimento da Bahia (Plandeb). O Plandeb buscava unir os setores agrícola, industrial e comercial, e desta forma promover o crescimento equilibrado da Bahia.

A cidade de Camaçari passou a abrigar também a indústria automobilística após a instalação da fábrica da Ford. Estas indústrias fazem com que a Região Metropolitana de Salvador agrupe aproximadamente 80% do faturamento industrial do Estado. O turismo também é uma fonte de recursos importante na região, em especial na cidade de Salvador, muito procurada, pelo seu passado histórico e belezas naturais, sobretudo por turistas estrangeiros e aqueles oriundos dos estados do sul e sudeste do país.

Os mais importantes segmentos dentro da estrutura industrial da Bahia são as indústrias química, metalúrgica, de produtos alimentares, de bebidas e de papel e papelão. A indústria química é o carro-chefe da economia baiana e está situada totalmente na Região Metropolitana de Salvador e em municípios próximos a ela. De 1985 a 97, grandes investimentos foram direcionados para a duplicação da Copene, principal empresa do pólo de Camaçari, responsável pela metade da produção de petroquímicos no Brasil.

Deste modo, os distritos industriais da Bahia e da RMS Região Metropolitana de Salvador, assim como o parque produtor de bens intermediários foram implementados entre 1970 e 1980, com financiamentos a juros subsidiados e incentivos fiscais. Do ano de 1975 a 1995, existe um avanço importante da participação da indústria de transformação no PIB, logo há um declínio do setor agropecuário.

Na formação do PIB da indústria de transformação com 10,3%, a de produtos alimentares com 7,2%, a de papel e papelão com 5,8%, a têxtil com 4,3%, a de bebidas com 19,%, a de material elétrico com 1,2%, a de borracha com 1% e o restante com 17,8%. Para garantir a competitividade da petroquímica instalada na Bahia, foi lançado o programa de incentivos fiscais tendo como os principais pontos de incentivos desse programa foram: incentivos fiscais, investimentos em infra-estrutura, programas de treinamento e qualificação de mão-de-obra; redução de preços de matérias-primas para as empresas instaladas no pólo; programas de suporte técnico e gerencial para as empresas, entre outros.

Também foi adicionada nesse programa a produção de fibras químicas designada à indústria têxtil, visto que a matéria-prima para a produção destas fibras é produzida no próprio pólo de Camaçari. A idéia era dar maior adensamento ao pólo, gerando uma cadeia de produção. A primeira consequência desse programa foi a desistência da transferência da fábrica da Tigre para o Estado de Pernambuco e a aumento de sua capacidade de produção.

Porém, a partir de 1980, a participação da indústria baiana caiu em comparação com indústria nacional. Vale lembrar que o complexo petroquímico não gerou os resultados almejados. Os recursos regionais escassos foram captados para financiar outros elementos industriais alternativos, ampliando também a dependência da Bahia ao sobe e desse da economia nacional e internacional. O aumento da concorrência pela abertura da economia nacional e queda no PIB e no PIB per capita da Bahia, acendeu a necessidade de uma reestruturação produtiva colocada em prática na década de 90. "A Bahia cresceu economicamente no período 1967/199, mas não se desenvolveu" (SPINOLA 2001, p. 35-6 apud SILVA, sd). Visto que, os benefícios motivados pela industrialização baiana copiam a dinâmica capitalista mundial de dependência externa e, deste modo repasse destes para a elite dominante.

A implementação tardia dos pólos industriais para que um elevado número de residentes fosse mantido na zona rural, com uma baixa renda média. Além do mais, as cidades de médio porte não apresentaram uma oferta atrativa de empregos. A atividade agropecuária da Bahia apresenta baixa produtividade, diversificação e rentabilidade.

A indústria de papel e celulose está centralizada em quatro municípios, sendo que a principal planta, a BahiaSul, com 79,4% do faturamento total desta indústria, está no sul do Estado, no município de Mucuri. Foi implantada em 1992 e, já nesse ano, aumentou em cinco vezes a produção estadual. Os três municípios restantes estão localizados próximos e na região metropolitana de Salvador (Santo Amaro, Feira de Santana e Camaçari).

A indústria de alimentos é o segmento com menor agrupamento espacial do Estado. O elemento central é a indústria cacaueteira, no sul do Estado, nos municípios de Ilhéus e Itabuna. Existe uma série de atividades que envolvem esta indústria que vão desde a obtenção de insumos pelos produtores rurais e produção do cacau nas fazendas até a comercialização do produto final.

O Oeste baiano é grande produtor de grãos, sendo a soja o principal produto. Em menor escala, tem-se a produção de feijão, café e arroz irrigados, além de milho e algodão, em rotação com a soja. O começo da soja no Oeste baiano marca a entrada da produção agrícola com caráter mais moderno e empresarial, que até os anos 80 tinha um perfil de subsistência. Através disso, grandes indústrias de moagem, beneficiamento e processamento de grãos, tais como a Ceval, Cargill e Olvebessa, deslocaram-se para a região.

Do mesmo modo, limitada à região de Juazeiro, a produção de frutas cresceu e já existem aproximadamente 10 pólos de fruticultura distribuídos pelo Estado. Na bacia do rio São Francisco, localizam-se os mais antigos: Juazeiro, e um dos principais produtores de frutas do Brasil, com utilização de irrigação, Irecê, Bom Jesus da Lapa, e Barreiras. Irecê, além de produzir feijão, se destaca também como o maior produtor de pinha do Nordeste. Em Barreiras, a produção de grãos divide espaço com a produção de frutas. Já em Cruz das Almas, foi instalado o Centro Nacional de Fruticultura, pela Embrapa, enquanto o litoral norte, nas mediações do município de Alagoinhas, tem se firmado na produção de laranja ecoco.

Na região cacaueteira, para driblar a crise do cacau, agregou-se a indústria de polpa de frutas. Também no litoral sul, o município de Teixeira de Freitas é um dos principais produtores de mamão papaia brasileiro. Já o pólo de Itaberaba, com forte tecnologia, está voltado para a produção de mangas.

O setor calçadista vem dando vida ao interior da Bahia: vinte cidades de diferentes regiões do Estado, onde antes a economia era vinculada à agropecuária, estão voltadas para essa atividade. O crescimento da indústria de calçados, na Bahia, foi idealizado pelo governo estadual, com incentivos fiscais, como uma maneira de diversificar a matriz industrial e de gerar empregos para minimizar o êxodo rural. As empresas são atraídas por mão-de-obra e terras baratas além dos incentivos fiscais. Vinte e nove empresas, vindas na maioria do Rio Grande do Sul, se instalaram no interior do Estado.

A empresa Azaléia foi precursora. O padrão de gestão seguido inclui a instalação de uma unidade central, em Itapetininga, fornecedora de insumos e equipamentos indispensáveis para a fabricação dos sapatos, e aproximadamente vinte cooperativas de trabalho, em Itapetininga e seu entorno, responsáveis pelo corte e costura dos sapatos. Outras empresas seguiram

omesmos caminho da Azaléia e instalaram-se em outros municípios como Jequié, Amargosa, Serrinha, Ipirá, Itaperaba e Cruz das Almas.

A indústria de calçadista nessa região tem também empresas fornecedoras de componentes. Sendo uma das principais a italiana Sisa, que fabrica couro sintético – *joint-venture* com a Azaléia, Paquetá, Reichert & Schmidt e Irmãos. Também estão instaladas além desta a FCC, em Conceição da Feira, fornecedora de peças para calçados (RS) e que produz solados, solas, saltos e adesivos, e a Sadisa, em Pojuca, para produção de couro. A Blapastil, em Feira de Santana, é a mais antiga, e parte de sua produção destina-se a Região Nordeste. A indústria automobilística é outro segmento que tem no Estado da Bahia.

Erguida em Camaçari, a fábrica da Ford, foi seduzida para a Bahia com robustos incentivos fiscais, a Ford trouxe com ela outras empresas, fornecedoras de componentes, que formam a mesma planta industrial. Estabelecido também pelo governo estadual, o pólo de informática, instalado em Ilhéus, nasceu como uma alternativa à crise da lavoura de cacau. Sua produção não se restringe apenas aos microcomputadores, estende-se também a televisores, vídeos, softwares industriais e educacionais e alguns componentes eletrônicos.

Assim, cinco empresas do pólo tiveram benefícios do programa federal, Processo Produtivo Básico com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados por usarem componentes nacionais. Associada a norte-americana Gateway, segunda maior fabricante direta de computadores pessoais do mundo, e a Vitech America, controladora da Bahiatech (principal indústria do pólo) e da Microtec, que marcou a chegada da empresa americana no Brasil. Deste modo em Salvador, a Semp Toshiba instalou uma fábrica para produção de microcomputadores, telefones e servidores para redes de PC.

Singular por suas belezas naturais e pelo rico patrimônio histórico e cultural, o potencial turístico do Estado da Bahia é colossal e o setor turístico vem ajudando a traçar uma “nova geografia” para o Estado, agrupando os pólos turísticos tradicionais aos novos. Dois tipos de turismo podem-se delinear para o Estado: o litorâneo é mais explorado, e o sertanejo, se expandiu com o surgimento do ecoturismo.

Assim, o litoral, pela sua extensão, pode ser dividido em rotas de turismo. As cidades de Salvador e Porto Seguro foram as pioneiras na exploração turística. Sendo Salvador, a



primeira capital do Brasil, já atrai turistas pelo passado histórico, por suas praias, e pelas atrações de uma cidade grande. Já Porto Seguro, no litoral sul, é um marco do descobrimento do Brasil e foi uma importante cidade nos primeiros anos de colonização. É a chamada Costado Descobrimento, juntamente com Santa Cruz de Cabrália. Formam grandes empreendimentos, dois em Santa Cruz de Cabrália e dois próximos à praia de Trancoso, em Porto Seguro, com hotéis, *resorts* e condomínios de alto luxo os quais atraem para a região turistas de alta renda.

No litoral norte, fica a Costa dos Coqueiros, que se inicia ao norte de Salvador e vai até a divisa com o Estado de Sergipe, em Mangue Seco. Com a construção das duas rodovias estaduais, a Estrada do Coco e a Linha Verde vêm atraindo cada vez mais investimentos e sacudindo a economia nos municípios de Abrantes, Jauá, Arembepe, Barra do Jacuípe, Guarajuba e Itacimirim, antes pequenas vilas de pescadores.

Entre os municípios de Itacaré e Canavieiras na Costa do Cacau, as atividades turísticas se desenvolvem com rapidez, principalmente em Ilhéus e adjacências, com investimentos de empresários nacionais e estrangeiros, especialmente os suíços e franceses, e incentivos fiscais proporcionados pelas prefeituras municipais para quem investir no setor.

Em outras regiões do litoral com mesmo potencial turístico também vêm se desenvolvendo como; a Costa do Dendê que abarca os municípios de Valença, Cairu e Morro de São Paulo, e Maraú. Estas regiões vêm se estruturando para o turismo, em especial o ecológico. A Costa das Baleias tem o turismo situado no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, que vitaliza as cidades de Alcobaça, Caravelas, Novas Viçosa e Mucuri, que possuem marcos arquitetônicos de séculos passados.

Muito embora o Estado da Bahia seja tradicionalmente conhecido por seu litoral, o sertão também tem grandes atrações turísticas por apresentar belas paisagens e ecossistema muito peculiares e diversificados. Uma das regiões mais desconhecidas é a Chapada Diamantina, uma formação geológica, de topografia variada, no centro do Estado, onde se situa o Parque Nacional da Chapada Diamantina. Com atrações naturais como: cachoeiras, serras, planaltos, planícies e piscinas naturais, ela tem grande crescimento do turismo ecológico.

Deste modo, as formações rochosas e *canyons* do rio São Francisco são favoráveis para o ecoturismo. Pesca, *rafting*, caminhadas em trilhas são algumas das atividades que podem ser exploradas. Diversos municípios já estão desenvolvendo o turismo, no sertão. Cipó e Caldas do Jorro, com estâncias hidrominerais que no passado tiveram seu turismo ligado a cassinos. O Santuário de Bom Jesus da Lapa, que recebe aproximadamente 700 mil romeiros por ano, e a cidade de Monte Santo, que tem na religiosidade um dos pontos fortes formando o turismo religioso.

As cidades de Xique-Xique e Paulo Afonso, da região de São Francisco e uma das mais bem estruturadas surgem para o turismo ecológico, direcionados para aqueles que têm na natureza seu principal interesse. Além disso, a barragem do Sobradinho, maior lago artificial do mundo, é ideal para a prática de esportes náuticos e pesca.

Contudo, a Bahia oferece três grandes situações que impedem o desenvolvimento regional. Primeiro a concentração econômica excessiva na RMS é uma delas, a qual monopoliza a atração de investimentos destinados ao estado. Segundo regressão no desenvolvimento da região cacauífera. Esta regressão é devida pela ausência de medidas para implementar a modernização da cultura, com vistas a elevar a produtividade e promover o desenvolvimento auto-sustentável. Terceiro e último podemos apresentar a pobreza crônica da região semi-árida com uma limitação ao desenvolvimento do Estado da Bahia.

### 3.1 METODOLOGIA

Os dados empregados neste trabalho foram adquiridos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no site do Atlas do Desenvolvimento no Brasil, os dados financeiros produzidos pelo Tesouro Nacional, Finanças do Brasil (FINBRA), e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Para análise dos dados utilizou-se o programa Gretl.

A pesquisa utiliza-se dos municípios do Estado da Bahia, neste trabalho foram incluídos 409 municípios, os excluídos por falta de dados foram Acajutiba, Almadina, Aurelino Leal, Barro Preto, Dário Meira, Itaetê, Livramento do Brumado, Maetinga.

Do censo de 2010 foram retiradas as variáveis: água encanada nos domicílios baianos, medida em porcentagem, coleta de lixo, energia elétrica, banheiro e rede de água e o Índice de

Desenvolvimento Humano Municipal, com exceção da última todas são medidas em porcentagem.

Do escopo financeiro foi retirada a receita<sup>1</sup> municipal, despesa com educação, despesa com legislativo, dívida municipal, investimento, todas essas variáveis foram retiradas do exercício financeiro de 2010 e são calculadas, per capita com dados populacionais do mesmo ano. As variáveis podem ser observadas abaixo.

Quadro 1 – Variáveis utilizadas

| <b>Variável</b>                     | <b>Descrição</b>   |
|-------------------------------------|--|
| <b>Y-RECET</b>                      | Receita per capita   |
| <b>X<sub>1</sub>- DESPEDUCPERC</b>  | Despesa com Educação per capita                                    |
| <b>X<sub>2</sub> – DLEGPERC</b>     | Despesa com Legislativo per capita                                 |
| <b>X<sub>3</sub> – DIVPERC</b>      | Dívida per capita  |
| <b>X<sub>4</sub> – INVESTPERC</b>   | Investimento per capita  |
| <b>X<sub>5</sub> – DESPCUSTPERC</b> | Despesa com custeio per capita                                     |
| <b>X<sub>6</sub> - IDHM2010</b>     | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal                         |
| <b>X<sub>7</sub> – PPDE</b>         | Proporção da População em domicílios com energia elétrica          |
| <b>X<sub>8</sub>-PPBE</b>           | Proporção da população em domicílios com banheiro e rede de esgoto |
| <b>X<sub>9</sub> – PAGUA</b>        | Proporção da População em domicílios com água encanada             |
| <b>X<sub>10</sub> – PLIX</b>        | Proporção da população em domicílios com coleta de lixo            |

Fonte: Elaboração própria, 2015

## 4 ANÁLISE DESCRITIVA DAS MESORREGIÕES DA BAHIA

Nesta secção do trabalho é aplicado a análise descritiva dos dados para municípios da Bahia, é analisado para cada mesorregião do Estado. O objetivo é resumir de forma eficiente as informações contidas nos dados coletados.

### 4.1 CENTRO NORTE DA BAHIA

A Tabela 2 apresenta o resumo descritivo da região Centro Norte da Bahia. A sua receita mínima per capita para esse conjunto de municípios tem valor mínimo de R\$ 364,05, enquanto seu máximo com valor R\$ 1.544,58, demonstrando uma grande disparidade entre a arrecadação para os municípios. No Gráfico 1 localizado na apêndice nota-se melhor o comportamento da receita, no qual se encontra em torno dos R\$ 600 per capita. Sua média com valor R\$ 661,82 muito abaixo do seu valor máximo, ou seja, a realidade dessa região é uma arrecadação baixa em relação ao seu valor máximo apresentado.

Analisando o conjunto das despesas hierarquicamente o que apresenta o custo elevado médio maior é a despesa com custeio, posteriormente tem-se despesa com educação. Os investimentos apresentam-se em como terceira maior despesa, depois despesa com legislação e por ultimo dívida que os municípios adquirem. Essas despesas mostra o quanto os moradores dessa região tem que contribuir para manter esses dispêndios. Em média contribuem R\$ 760,13 com despesa de custeio, educação um pouco abaixo com valor R\$ 489,63, a menor despesa media é dívida per capita R\$ 19,15.

Dentre as variáveis estruturais, Proporção da população em domicílios com coleta de lixo (PLIX) e Proporção da População em domicílios com energia elétrica (PPDE), apresentam valores médios elevados respectivamente 94,42% e 95,26%. Um bom destaque para variável PLIX é coleta em 100% que corresponde ao município Várzea do Poço. As outras variáveis estruturais, Proporção da população em domicílios com banheiro e rede de esgoto (PPBE) e Proporção da População em domicílios com água encanada (PAGUA) não apresenta bom desempenho com seus valores médios respectivamente 64,17% e 75,89%. Os valores mínimos apresentam-se muito baixo, PPBE 15,36% e PAGUA 23,44%, esses valores correspondem ao município respectivamente Mulungu do Morro.

Tabela2- Resumo descritivo das variáveis para a região Centro Norte da Bahia

| <b>Variável</b>                    | <b>Mínimo</b> | <b>Máximo</b> | <b>Média</b> | <b>Desvio padrão</b> |
|------------------------------------|---------------|---------------|--------------|----------------------|
| <b>Y</b> –Receita                  | R\$ 364,05    | R\$ 1.544,58  | R\$ 661,82   | R\$ 166,50           |
| <b>X<sub>1</sub></b> –DESPEDUCPERC | R\$ 0,00      | R\$ 852,99    | R\$ 489,63   | R\$ 125,04           |
| <b>X<sub>2</sub></b> –DLEGPerc     | R\$ 16,69     | R\$ 1.321,81  | R\$ 58,36    | R\$ 144,40           |
| <b>X<sub>3</sub></b> – DIVPERC     | R\$ 0,00      | R\$ 49,29     | R\$ 19,15    | R\$ 9,62             |
| <b>X<sub>4</sub></b> –INVESTPERC   | R\$ 18,67     | R\$ 438,13    | R\$ 97,46    | R\$ 70,04            |
| <b>X<sub>5</sub></b> –DESPCUSTPERC | R\$ 0,00      | R\$ 1.486,09  | R\$ 760,13   | R\$ 194,41           |
| <b>X<sub>6</sub></b> - IDHM2010    | 0,51          | 0,71          | 0,59         | 0,04                 |
| <b>X<sub>7</sub></b> –PPDE         | 70,27%        | 99,84%        | 95,26%       | 4,77                 |
| <b>X<sub>8</sub></b> –PPBE         | 15,36%        | 90,40%        | 64,17%       | 14,58                |
| <b>X<sub>9</sub></b> –PAGUA        | 23,44%        | 98,98%        | 75,89%       | 14,12                |
| <b>X<sub>10</sub></b> –PLIX        | 77,26%        | 100,00%       | 94,42%       | 4,97                 |

Fonte: Elaboração própria,2015

#### 4.2 CENTRO SUL DA BAHIA

A Tabela 3 refere-se aos dados do Centro Sul da Bahia. Observa-se que a receita per capita há uma grande amplitude entre o valor mínimo R\$ 351,50 e máximo R\$ 1.512,42, demonstrando grande disparidade na arrecadação tributária municipal. A sua média com R\$ 690,71, muito próximo com o valor mínimo, certifica que o valor para essa região é atípico. O gráfico 2 localizado na apêndice mostra concentra-se as receitas municipais entre R\$ 600 e R\$ 700 reais per capita.

No grupo das variáveis despesas o maior gasto é despesa com custeio per capita, seguido de despesa com educação, posteriormente legislativo, investimento e dívida. A população dessa região contribuemem média para manter a maquina funcionando (despesa com custeio), R\$ 782,46 educação com valor R\$ 487,47.

No grupamento das variáveis estruturais, Proporção da População em domicílios com energia elétrica (PPDE) e Proporção da população em domicílios com coleta de lixo (PLIX), apresentam bons desempenhos com valores respectivamente 93,62% e 95,71% da população em domicílios atendidas com esses serviços. O valor máximo para variável PLIX é 100,00%

que corresponde aos municípios de Mucugê e Aiquara.

As variáveis, Proporção da População em domicílios com água encanada (PAGUA) e Proporção da população em domicílios com banheiro e rede de esgoto (PPBE) tem suas médias elevadas com valores respectivos de 95,94% e 95,63%, no entanto o destaque negativo para essas variáveis são seus valores mínimos, PAGUA com 6,88% e PPBE 28,19% esse valores corresponde ao município de Caetanos.

Tabela3 -Resumo descritivo das variáveis para a região Centro Sul da Bahia

| <b>Variável</b>                    | <b>Mínimo</b> | <b>Máximo</b> | <b>Média</b> | <b>Desvio padrão</b> |
|------------------------------------|---------------|---------------|--------------|----------------------|
| <b>Y</b> –Receita                  | R\$ 351,50    | R\$ 1.512,42  | R\$ 690,71   | R\$ 179,87           |
| <b>X<sub>1</sub></b> –DESPEDUCPERC | R\$ 0,00      | R\$ 842,44    | R\$ 487,47   | R\$ 107,71           |
| <b>X<sub>2</sub></b> –DLEGPERC     | R\$ 0,00      | R\$ 216,64    | R\$ 45,31    | R\$ 19,89            |
| <b>X<sub>3</sub></b> – DIVPERC     | R\$ 0,00      | R\$ 72,00     | R\$ 17,71    | R\$ 13,07            |
| <b>X<sub>4</sub></b> –INVESTPERC   | R\$ 0,00      | R\$ 2.525,84  | R\$ 121,39   | R\$ 242,46           |
| <b>X<sub>5</sub></b> –DESPCUSTPERC | R\$ 0,00      | R\$ 1.414,93  | R\$ 782,46   | R\$ 178,23           |
| <b>X<sub>6</sub></b> - IDHM2010    | 0,52          | 0,68          | 0,59         | 0,03                 |
| <b>X<sub>7</sub></b> –PPDE         | 78,35%        | 99,40%        | 93,62%       | 4,42                 |
| <b>X<sub>8</sub></b> –PPBE         | 28,19%        | 95,63%        | 69,64%       | 15,33                |
| <b>X<sub>9</sub></b> –PAGUA        | 6,88%         | 95,94%        | 71,76%       | 16,08                |
| <b>X<sub>10</sub></b> –PLIX        | 83,24%        | 100,00%       | 95,71%       | 3,61                 |

Fonte: Elaboração própria, 2015

#### 4.3 EXTREMO OESTE DA BAHIA

A Tabela 4 apresenta dados da região Extremo Oeste da Bahia. Sua receita média mostra-se acima das duas regiões anteriores com R\$ 923,97, seu mínimo, \$ 481,44, e máximoR\$ 2.289,32, demonstra-se desigualdade do poder de arrecadação tributária. No gráfico 3 localizado na apêndice a receita per capita concentra-se próximo do R\$ 1.000,00.Dos grupos das despesas, a variável despesa com educação per capita (DESPEDUCPERC), expõem-se como de maior valor R\$ 862,53, seguido com despesa com educação, R\$ 552,18, por ultimo tem divida per capita R\$ 25,12.

Das variáveis estruturais a que tem melhor desempenho médio é Proporção da População em domicílios com energia elétrica (PPDE), seguidamente de Proporção da população em domicílios com coleta de lixo (PLIX) com 90,95%. As variáveis, Proporção da População em domicílios com água encanada (PAGUA) e Proporção da população em domicílios com banheiro e rede de esgoto (PPBE) tem desempenho médio significativamente abaixo das duas variáveis anteriores, PAGUA 73,70 e PPBE 68,10%. O destaque negativo para o conjunto dessas variáveis são PAGUA, 42,12% que corresponde ao município de Brejolândia, e PPBE 35,78% , corresponde ao município de Mansidão.

Tabela4 - Resumo descritivo das variáveis para a região Centro Norte da Bahia

| <b>Variável</b>                    | <b>Mínimo</b> | <b>Máximo</b> | <b>Média</b> | <b>Desvio padrão</b> |
|------------------------------------|---------------|---------------|--------------|----------------------|
| <b>Y</b> –Receita                  | R\$ 481,44    | R\$ 2.289,32  | R\$ 923,97   | R\$ 429,23           |
| <b>X<sub>1</sub></b> –DESPEDUCPERC | R\$ 366,43    | R\$ 978,77    | R\$ 552,18   | R\$ 131,28           |
| <b>X<sub>2</sub></b> –DLEGPERC     | R\$ 32,52     | R\$ 145,70    | R\$ 57,65    | R\$ 25,55            |
| <b>X<sub>3</sub></b> – DIVPERC     | R\$ 7,34      | R\$ 54,39     | R\$ 25,12    | R\$ 15,30            |
| <b>X<sub>4</sub></b> –INVESTPERC   | R\$ 14,42     | R\$ 598,09    | R\$ 131,79   | R\$ 135,84           |
| <b>X<sub>5</sub></b> –DESPCUSTPERC | R\$ 174,60    | R\$ 1.742,99  | R\$ 862,53   | R\$ 304,01           |
| <b>X<sub>6</sub></b> - IDHM2010    | 0,56          | 0,72          | 0,61         | 0,04                 |
| <b>X<sub>7</sub></b> –PPDE         | 81,99%        | 99,41%        | 92,28%       | 4,77                 |
| <b>X<sub>8</sub></b> –PPBE         | 35,78%        | 93,99%        | 68,10%       | 13,10                |
| <b>X<sub>9</sub></b> –PAGUA        | 42,12%        | 94,98%        | 73,70%       | 14,75                |
| <b>X<sub>10</sub></b> –PLIX        | 77,46%        | 100,00%       | 90,95%       | 5,68                 |

Fonte: Elaboração própria, 2015

#### 4.4 METROPOLITANA DE SALVADOR

A Tabela 5 apresenta dados referente a Região Metropolitana de Salvador (RMS). Observando a receita apresenta uma enorme amplitude entre seu mínimo, R\$ 431,27 e máximo R\$ 10.446,20. A média da receita tem valor R\$ 1.111,10, extremamente muito abaixo do seu máximo. O valor máximo corresponde ao município de São Francisco do Conde. O gráfico 4 localizado na apêndice apresenta melhor o comportamento da receita um pouco abaixo de R\$ 1.000,00.

Das variáveis das despesas, despesa com custeio per capita tem maior peso médio entre as demais com R\$ 5.774,71, posteriormente tem despesa com educação com R\$ 532,65, posteriormente tem investimento R\$ 160,14 e a dívida per capita aparece na última posição com valor R\$ 160,14.

Observando as variáveis estruturais, Proporção da População em domicílios com energia elétrica (PPDE) tem valor médio de 98,53% e Proporção da população em domicílios com coleta de lixo (PLIX) com valor médio de 93,72%. O destaque positivo para variável PPDE é que seus valores mínimo (91,53%) e máximo (99,87%) não dista muito entre si, dessa forma atende um número significativo da população.

As variáveis, Proporção da População em domicílios com água encanada (PAGUA) e Proporção da população em domicílios com banheiro e rede de esgoto (PPBE) apresenta um desempenho médio menor que as duas anteriores com valores respectivos 86,49% e 78,07%. Os valores mínimos para essas variáveis estão significativamente abaixo do seu valor com 52,98% para PPBE, que corresponde ao município de Cabeceiras do Paraguaçu e 63,31% para PAGUA que corresponde ao município de Conceição do Almeida.

Tabela 5 -Resumo descritivo das variáveis para a região Metropolitana de Salvador

| <b>Variável</b>                    | <b>Mínimo</b> | <b>Máximo</b> | <b>Média</b> | <b>Desvio padrão</b> |
|------------------------------------|---------------|---------------|--------------|----------------------|
| <b>Y</b> –Receita                  | R\$ 431,27    | R\$ 10.446,20 | R\$ 1.111,10 | R\$ 1.668,58         |
| <b>X<sub>1</sub></b> –DESPEDUCPERC | R\$ 165,57    | R\$ 2.800,58  | R\$ 532,65   | R\$ 408,70           |
| <b>X<sub>2</sub></b> –DLEGPerc     | R\$ 0,00      | R\$ 721,56    | R\$ 71,08    | R\$ 117,90           |
| <b>X<sub>3</sub></b> – DIVPERC     | R\$ 6,65      | R\$ 168,76    | R\$ 34,18    | R\$ 29,96            |
| <b>X<sub>4</sub></b> –INVESTPERC   | R\$ 12,53     | R\$ 1.548,90  | R\$ 160,14   | R\$ 253,34           |
| <b>X<sub>5</sub></b> –DESPCUSTPERC | R\$ 458,67    | R\$ 5.774,71  | R\$ 1.008,05 | R\$ 920,56           |
| <b>X<sub>6</sub></b> - IDHM2010    | 0,56          | 0,76          | 0,65         | 0,05                 |
| <b>X<sub>7</sub></b> –PPDE         | 91,53%        | 99,87%        | 98,53%       | 1,62                 |
| <b>X<sub>8</sub></b> –PPBE         | 52,98%        | 97,37%        | 78,07%       | 11,78                |
| <b>X<sub>9</sub></b> –PAGUA        | 63,31%        | 99,71%        | 86,49%       | 9,46                 |
| <b>X<sub>10</sub></b> –PLIX        | 74,55%        | 99,41%        | 93,72%       | 5,58                 |

Fonte: Elaboração própria, 2015



#### 4.5 NORDESTE DA BAHIA

A Tabela 6 representa os dados da região Nordeste da Bahia. Sua receita per capita apresenta grande amplitude com mínimo, R\$ 374,67, e máximo, R\$ 1.283,76. Sua média per capita tem valor muito abaixo do seu máximo. No boxplot localizado na apêndice percebe-se que a renda dos municípios concentra-se de R\$ 600,00 e R\$ 500,00 per capita.

Do conjunto das variáveis das despesas a despesa com custeio per capita apresenta o maior gasto médio, seguido de despesa com educação per capita, despesa com investimento, despesa com legislação e dívida per capita. O trabalhador dessa região contribui em média R\$ 759,49 para manter os gastos com custeio e educação R\$ 509,76.

Das variáveis estruturais Proporção da População em domicílios com energia elétrica (PPDE) tem valor médio de 93,80%, seguidamente de Proporção da população em domicílios com coleta de lixo (PLIX) com valor médio de 92,81%. As variáveis: Proporção da População em domicílios com água encanada (PAGUA) e Proporção da população em domicílios com banheiro e rede de esgoto (PPBE) estão significativamente abaixo que PPBE e PLIX com respectivos valores médio de 72,61% e 61,37%. O destaque negativo para PPBE e PLIX são seus valores mínimos respectivamente são 20,61% e 28,18%, são correspondentes ao município de Pedro Alexandre e Monte Santo.

Tabela6 - Resumo descritivo das variáveis para a região Nordeste da Bahia

| <b>Variável</b>                   | <b>Mínimo</b> | <b>Máximo</b> | <b>Média</b> | <b>Desvio padrão</b> |
|-----------------------------------|---------------|---------------|--------------|----------------------|
| <b>Y – Receita</b>                | R\$ 374,67    | R\$ 1.283,76  | R\$ 644,18   | R\$ 182,42           |
| <b>X<sub>1</sub>–DESPEDUCPERC</b> | R\$ 240,34    | R\$ 755,61    | R\$ 509,76   | R\$ 112,21           |
| <b>X<sub>2</sub>–DLEGPERC</b>     | R\$ 24,02     | R\$ 82,33     | R\$ 40,77    | R\$ 11,11            |
| <b>X<sub>3</sub>– DIVPERC</b>     | R\$ 0,00      | R\$ 45,27     | R\$ 17,34    | R\$ 10,47            |
| <b>X<sub>4</sub>–INVESTPERC</b>   | R\$ 9,84      | R\$ 3.981,52  | R\$ 157,27   | R\$ 517,26           |
| <b>X<sub>5</sub>–DESPCUSTPERC</b> | R\$ 238,83    | R\$ 1.270,16  | R\$ 759,49   | R\$ 164,55           |
| <b>X<sub>6</sub> - IDHM2010</b>   | 0,49          | 0,68%         | 0,57         | 0,04                 |
| <b>X<sub>7</sub>–PPDE</b>         | 69,65%        | 99,46%        | 93,80%       | 5,45                 |
| <b>X<sub>8</sub>–PPBE</b>         | 20,61%        | 93,49%        | 61,37%       | 16,62                |

|                             |        |        |        |       |
|-----------------------------|--------|--------|--------|-------|
| <b>X<sub>9</sub></b> –PAGUA | 28,18% | 97,53% | 72,61% | 16,32 |
| <b>X<sub>10</sub></b> –PLIX | 69,65% | 99,57% | 92,81% | 6,98  |

Fonte: Elaboração própria, 2015

#### 4.6 SUL DA BAHIA

A Tabela 7 apresenta dados do sul da Bahia. A receita per capita média dessa região apresenta grande amplitude com seu mínimo de R\$ 380,74 e máximo de R\$ 2.330,73. A média per capita muito próxima do mínimo, indicando que o valor máximo ou próximo é atípico para região Sul da Bahia, no boxplot localizado na apêndice apresenta melhor o comportamento da receita, com concentração entre R\$ 600,00 e R\$ 800,00. Do grupo do dispêndio, a variável despesa com custeio per capita tem o maior custo médio, seguido de despesa com educação per capita, investimento, despesa com legislativo e dívida per capita. Assim os cidadãos dessa região contribuem em média R\$ 879,79 para manter o custeio das cidades, com educação R\$ 537,76 e dívida per capita com R\$ 26,87.

As variáveis estruturais apresenta o seguinte comportamento; Proporção da população em domicílios com coleta de lixo (PLIX) e Proporção da População em domicílios com energia elétrica (PPDE) tem valores médios elevados com 94,99% para o primeiro e 94,99% para o segundo. PPIX tem valor máximo de 100% que corresponde a cidade de Itapitanga.

Proporção da população em domicílios com banheiro e rede de esgoto (PPBE) e Proporção da População em domicílios com água encanada (PAGUA) tem desempenho abaixo das duas cidades anteriormente. PPBE tem valor médio 71,52% e PAGUA 83,87%. Essas duas variáveis tem valores mínimos preocupantes 56,39% para PAGUA e 43,96% para PPBE.

Tabela7 - Resumo descritivo das variáveis para a região Sul da Bahia

| <b>Variável</b>                     | <b>Mínimo</b> | <b>Máximo</b> | <b>Média</b> | <b>Desvio padrão</b> |
|-------------------------------------|---------------|---------------|--------------|----------------------|
| <b>Y</b> – Receita                  | R\$ 380,74    | R\$ 2.330,73  | R\$ 776,72   | R\$ 325,79           |
| <b>X<sub>1</sub></b> – DESPEDUCPERC | R\$ 275,65    | R\$ 864,69    | R\$ 537,76   | R\$ 134,00           |
| <b>X<sub>2</sub></b> – DLEGPERC     | R\$ 25,35     | R\$ 108,73    | R\$ 49,75    | R\$ 18,00            |
| <b>X<sub>3</sub></b> – DIVPERC      | R\$ 0,00      | R\$ 76,70     | R\$ 26,87    | R\$ 16,36            |
| <b>X<sub>4</sub></b> – INVESTPERC   | R\$ 2,09      | R\$ 977,52    | R\$ 140,08   | R\$ 162,91           |

|                                     |            |              |            |            |
|-------------------------------------|------------|--------------|------------|------------|
| <b>X<sub>5</sub></b> – DESPCUSTPERC | R\$ 374,84 | R\$ 1.492,48 | R\$ 879,79 | R\$ 219,23 |
| <b>X<sub>6</sub></b> - IDHM2010     | 0,53       | 0,71         | 0,60       | 0,04       |
| <b>X<sub>7</sub></b> –PPDE          | 67,02%     | 99,37%       | 93,13%     | 6,16       |
| <b>X<sub>8</sub></b> –PPBE          | 43,96%     | 88,87%       | 71,52%     | 10,89      |
| <b>X<sub>9</sub></b> – PAGUA        | 56,39%     | 96,94%       | 83,87%     | 8,58       |
| <b>X<sub>10</sub></b> – PLIX        | 74,03%     | 100,00%      | 94,99%     | 4,04       |

Fonte: Elaboração própria, 2015

#### 4.7 VALE DO SÃO FRANCISCO DA BAHIA

A Tabela 8 tem-se os dados da região Vale do São Francisco. A sua receita per capita média tem valor de R\$ 658,49, muito próximo ao do seu valor mínimo que é R\$ 453,91, demonstrando que realidade tributaria das maiorias cidades dessa região dista do valor máximo que tem receita per capita de R\$ 1.042,33. O boxplot localizado na apêndice mostra que a receita concentra-se entre R\$ 500,00 e R\$ 700,00 reais per capita.

Do conjunto dos dispêndios, o maior peso é despesa média com educação per capita com R\$ R\$ 844,95, logo abaixo tem-se despesa com educação per capita com R\$ R\$ 534,94, por seguintes têm investimento per capita com R\$ 103,97, despesa com legislação com R\$ 41,48 e por último dívida per capita com R\$ 21,38.

Das variáveis estruturais Proporção da População em domicílios com energia elétrica (PPDE) e Proporção da população em domicílios com coleta de lixo (PLIX) tem bons desempenhos médios, respectivamente com 90,45% e 90,62%.

As variáveis Proporção da População em domicílios com agua encanada (PAGUA) e Proporção da população em domicílios com banheiro e rede de esgoto (PPBE) tem desempenho significativamente menor que as duas anteriores com seus valores respectivos 70,94% e 63,43%. Os valores mínimos para essas variáveis são alarmantes, PPBE tem 15,09% e PAGUA 5,90%, no qual corresponde ao município de Campo Alegre de Lourdes.

Tabela8 - Resumo descritivo das variáveis para a região Vale do São Francisco da Bahia

| <b>Variável</b>                   | <b>Mínimo</b> | <b>Máximo</b> | <b>Média</b> | <b>Desvio padrão</b> |
|-----------------------------------|---------------|---------------|--------------|----------------------|
| <b>Y – Receita</b>                | R\$ 453,91    | R\$ 1.042,33  | R\$ 658,49   | R\$ 161,98           |
| <b>X<sub>1</sub>–DESPEDUCPERC</b> | R\$ 331,21    | R\$ 880,90    | R\$ 534,94   | R\$ 114,23           |
| <b>X<sub>2</sub> – DLEGPERC</b>   | R\$ 26,00     | R\$ 62,84     | R\$ 41,48    | R\$ 10,42            |
| <b>X<sub>3</sub> – DIVPERC</b>    | R\$ 0,00      | R\$ 146,02    | R\$ 21,38    | R\$ 26,76            |
| <b>X<sub>4</sub>–INVESTPERC</b>   | R\$ 24,90     | R\$ 293,65    | R\$ 103,97   | R\$ 65,89            |
| <b>X<sub>5</sub>–DESPCUSTPERC</b> | R\$ 664,76    | R\$ 1.192,16  | R\$ 844,95   | R\$ 133,15           |
| <b>X<sub>6</sub> - IDHM2010</b>   | 0,51          | 0,68          | 0,59         | 0,04                 |
| <b>X<sub>7</sub>–PPDE</b>         | 66,15%        | 99,48%        | 90,45%       | 8,52                 |
| <b>X<sub>8</sub>–PPBE</b>         | 15,09%        | 89,47%        | 63,43%       | 17,68                |
| <b>X<sub>9</sub> – PAGUA</b>      | 5,90%         | 94,99%        | 70,94%       | 18,41                |
| <b>X<sub>10</sub>–PLIX</b>        | 36,13%        | 99,09%        | 90,62%       | 11,99                |

Fonte: Elaboração própria, 2015

## 5 MODELAGEM ESTATÍSTICA: MÉTODO QUADRADOS DOS MÍNIMOS ORDINÁRIOS

Para aprofundar a análise dos municípios da Bahia, nesta secção é realizado o método do Quadrados dos Mínimos Ordinários para cada mesorregião. Esse método propõe a minimização relativa aos parâmetros do modelo da soma dos quadrados do erro aleatório.

Para aplicação desse método os dados estão logaritimizadas. A variável despesa diferente da secção anterior está agrupada, esta é variável dependente do modelo para cada região aplicada, as demais são independentes.

### 5.1 REGIÃO CENTRO NORTE

Tabela 9 - Resultados: região centro norte

|             | <i>Coefficiente</i> | <i>Erro Padrão</i> | <i>razão-t</i> | <i>p-valor</i> |           |
|-------------|---------------------|--------------------|----------------|----------------|-----------|
| Const       | 2,12562             | 0,775617           | 2,7406         | 0,00775        | ***       |
| <u>RECT</u> | <u>0,323563</u>     | <u>0,154696</u>    | <u>2,0916</u>  | <u>0,04005</u> | <u>**</u> |
| <u>PPDE</u> | -0,00667658         | <u>0,00362619</u>  | <u>-1,8412</u> | <u>0,06977</u> | <u>*</u>  |
| PPBE        | 0,00081596          | 0,00220894         | 0,3694         | 0,71294        |           |
| PAGUA       | -0,00130996         | 0,00209749         | -0,6245        | 0,53428        |           |
| <u>PLIX</u> | -0,00562264         | <u>0,00297765</u>  | <u>-1,8883</u> | <u>0,06307</u> | <u>*</u>  |
| IDHM        | 0,391372            | 0,529884           | 0,7386         | 0,46259        |           |

R-quadrado 0,178258

Ao observar os dados da região centro norte da Bahia na tabela 9 nota-se que o  $R^2$  explica 17,82%, do efeito logaritimidado o coeficiente linear é de 2,12562. Nessa tabela há três variáveis significativas, receita total, PPDE e PLIX. A receita total é significativa a 5%, com sua constante de 0,323563. O seu sinal positivo indica que há uma relação direta com a variável dependente, dessa forma para cada variação na receita total de 0,323563 impacta em DESPT 1%.

A variável PPDE tem significância a 10%, sua constante é de -0,00667658, seu sinal negativo

mostra que a uma relação inversa com a variável dependente, assim para cada variação de 1% em PPDE, impacta negativamente na DESPT em -0,00667658. A variável PLIX também tem significância a 10%, sua constante é de -0,00562264, o seu sinal negativo mostra que há uma relação inversa com a receita, dessa forma quando PLIX varia em 1% impacta em DESPT em -0,00562264.

## 5.2 REGIÃO CENTRO SUL

Tabela 10 - Resultados: região centro sul

|             | <i>Coefficiente</i> | <i>Erro Padrão</i> | <i>razão-t</i> | <i>p-valor</i>     |            |
|-------------|---------------------|--------------------|----------------|--------------------|------------|
| Const       | -1,11737            | 0,988519           | -1,1303        | 0,26083            |            |
| <u>RECT</u> | <u>0,939373</u>     | <u>0,181255</u>    | <u>5,1826</u>  | <u>&lt;0,00001</u> | <u>***</u> |
| <u>IDHM</u> | 1,31552             | <u>0,736488</u>    | <u>1,7862</u>  | <u>0,07687</u>     | <u>*</u>   |
| PPDE        | -0,00438916         | 0,00461145         | -0,9518        | 0,34333            |            |
| PPBE        | -0,00096922         | 0,00177982         | -0,5446        | 0,58718            |            |
| PAGUA       | -0,000621119        | 0,00170346         | -0,3646        | 0,71611            |            |
| PLIX        | 0,00251749          | 0,00534236         | 0,4712         | 0,63843            |            |
|             | R-quadrado          | 0,212875           |                |                    |            |

Ao analisar o resultado da região Centro Sul, na tabela 10 nota-se que explica 21,2875%, conforme obtido pelo  $R^2$ , do efeito logaritimizado o coeficiente linear é de -1,11737. Para essa região tem-se duas variáveis com significância estatística, RECT e IDHM. A RECT tem forte significância estatística, sendo a 1% seu coeficiente é de 0,939373. O sinal positivo indica que a relação direta entre a variável RECT e DESPT. Para cada variação de 1% em RECT impacta em DESP em 0,939373.

A variável IDHM tem sua constate de 1,31552, seu sinal positivo indica que a relação direta com a variável dependente (DESPT). Para cada variação de 1% no IDHM a DESPT varia em 1,31552.

## 5.3 REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

Tabela 11 – Resultados: região metropolitana de Salvador

|              | <i>Coeficiente</i> | <i>Erro Padrão</i> | <i>razão-t</i> | <i>p-valor</i>     |     |
|--------------|--------------------|--------------------|----------------|--------------------|-----|
| <u>Const</u> | -3,50736           | <u>1,76373</u>     | <u>-1,9886</u> | <u>0,05535</u>     | *   |
| <u>RECT</u>  | 0,869383           | <u>0,0920602</u>   | <u>9,4436</u>  | <u>&lt;0,00001</u> | *** |
| <u>IDHM</u>  | -2,06777           | <u>0,92831</u>     | <u>-2,2275</u> | <u>0,03307</u>     | **  |
| <u>PPDE</u>  | 0,0482221          | <u>0,0218057</u>   | <u>2,2114</u>  | <u>0,03427</u>     | **  |
| PPBE         | -0,00104155        | 0,00327317         | -0,3182        | 0,75239            |     |
| PAGUA        | 0,00444428         | 0,00426684         | 1,0416         | 0,30541            |     |
| PLIX         | -0,00658801        | 0,00493319         | -1,3354        | 0,19115            |     |

R-quadrado

0,756078

Ao analisar o resultado da Região Metropolitana de Salvador na tabela 11, nota-se que explica 75,6078% conforme o valor obtido pelo  $R^2$ , do efeito logaritimizado o coeficiente linear tem valor de -3,50736. Para essa região há três variáveis com significância estatística: RECT, IDHM e PPDE. A variável RECT é significativo em 1%, sua constante é de 0,869383. O sinal positivo significa que há uma relação direta entre RECT e DESPT, dessa forma quando RECT varia em 1% impacta em DESPT 0,869383.

A variável IDHM tem significância estatística em 5%, sua constante tem valor de -2,06777. O sinal negativo significa que há relação inversa entre IDHM e DESPT. A variável PPDE tem significância estatística 5%, sua constante de 0,0482221. O sinal positivo significa que há relação direta com PPDE, dessa forma uma variação na mesma, impacta na despesa em 0,0482221.

## 5.4 REGIÃO NORDESTE BAIANO

Tabela 12 - Resultados: região nordeste baiano

|       | <i>Coefficiente</i> | <i>Erro Padrão</i> | <i>razão-t</i> | <i>p-valor</i> |     |
|-------|---------------------|--------------------|----------------|----------------|-----|
| Const | 3,14785             | 0,356541           | 8,8288         | <0,00001       | *** |
| IDHM  | 0,254273            | 0,521033           | 0,4880         | 0,62759        |     |
| PPDE  | -0,00778575         | 0,00344724         | -2,2585        | 0,02813        | **  |
| PPBE  | -0,00167156         | 0,00197852         | -0,8449        | 0,40206        |     |
| PAGUA | 0,00283402          | 0,00195256         | 1,4514         | 0,15267        |     |
| PLIX  | 0,00137267          | 0,00230766         | 0,5948         | 0,55453        |     |

R-quadrado 0,122539

Analisando o resultado para a região do nordeste baiano na tabela 12, o percentual explicado é de 12,2539%, conforme obtido pelo  $R^2$ , do efeito logaritimizado o coeficiente angular é 3,14785. Para essa região há apenas uma variável com significância estatística. A PPDE tem sua constante de -0,00778575. O sinal negativo indica relação inversa com a variável DESPT. A variável PPDE tem significância estatística de 5%.

## 5.5 REGIÃO SUL BAIANO

Tabela 13- Resultados: região sul baiano

|       | <i>Coefficiente</i> | <i>Erro Padrão</i> | <i>razão-t</i> | <i>p-valor</i> |     |
|-------|---------------------|--------------------|----------------|----------------|-----|
| Const | 0,13504             | 0,398234           | 0,3391         | 0,73574        |     |
| IDHM  | 0,506156            | 0,389171           | 1,3006         | 0,19845        |     |
| PPDE  | -0,00434184         | 0,0025578          | -1,6975        | 0,09487        | *   |
| PPBE  | 0,00351882          | 0,0018214          | 1,9319         | 0,05817        | *   |
| PAGUA | 0,00117451          | 0,00211653         | 0,5549         | 0,58105        |     |
| PLIX  | -0,00389054         | 0,00318315         | -1,2222        | 0,22648        |     |
| RECT  | 0,732492            | 0,0813043          | 9,0093         | <0,00001       | *** |

R-quadrado 0,624889

Analisando o resultado para a região Sul baiano na tabela 13, nota-se que o valor explicado é



62,4849%, conforme obtido pelo  $R^2$ , do efeito logaritimizado o coeficiente é 0,13504. Para essa região há três variáveis significativas: RECT, PPBE, PPDE. A RECT tem significância estatística de 1%, sua constante é 0,732492. O valor positivo significa que há relação direta com a variável dependente DESPT, assim variando em 1% RECT, impacta em DESPT em 0,732492.

A variável PPBE tem significância estatística de 10%, sua constante é de -0,00434184. O sinal negativo denota uma relação inversa entre PPBE e a variável dependente DESPT. A variável PPDE tem significância estatística de 10%, sua constante é 0,00512486. O sinal positivo indica relação direta com a variável dependente, assim ao variar PPDE em 1%, impacta em DESPT 0,00512486.

## 5.6 REGIÃO VALE DO SÃO FRANCISCO

Tabela 14- Resultados: região vale do São Francisco

|       | <i>Coeficiente</i> | <i>Erro padrão</i> | <i>razão-t</i> | <i>p-valor</i> |
|-------|--------------------|--------------------|----------------|----------------|
| Const | 2,06117            | 1,09632            | 1,880          | 0,0747*        |
| RECT  | 0,0268889          | 0,268325           | 0,1002         | 0,9212         |
| IDHM  | 0,149692           | 1,02628            | 0,1459         | 0,8855         |
| PPDE  | -0,00441969        | 0,00602785         | -0,7332        | 0,4719         |
| PPBE  | 0,00267609         | 0,00388604         | 0,6886         | 0,4990         |
| PAGUA | 0,00153931         | 0,00309368         | 0,4976         | 0,6242         |
| PLIX  | -0,000548944       | 0,00256330         | -0,2142        | 0,8326         |

R-quadrado                      0,142770

Analisando o resultado para a região do Vale do São Francisco na tabela 14, nota-se que o valor explicado é 14,2770%, obtido pelo  $R^2$ , do efeito logaritimizado o coeficiente linear é 2,06117. Para essa região não há variável com significância estatística menor que 10%. Analisando os sinais das variáveis RECT, IDHM, PPBE e PAGUA tem sinal positivo, ou seja, há relação direta com a variável dependente DESPT.

## 5.7 REGIÃO EXTREMO OESTE BAIANO

Tabela 15 – Resultados: região oeste baiano

|            | <i>Coefficiente</i> | <i>Erro Padrão</i> | <i>razão-t</i> | <i>p-valor</i> |     |
|------------|---------------------|--------------------|----------------|----------------|-----|
| Const      | -0,0591267          | 0,648767           | -0,0911        | 0,92845        |     |
| RECT       | 0,654846            | 0,126171           | 5,1902         | 0,00007        | *** |
| IDHM       | -0,0336934          | 0,714439           | -0,0472        | 0,96293        |     |
| PPDE       | 0,000219516         | 0,00498962         | 0,0440         | 0,96542        |     |
| PPBE       | -0,000162432        | 0,00233902         | -0,0694        | 0,94545        |     |
| PAGUA      | -0,000955209        | 0,00149258         | -0,6400        | 0,53072        |     |
| PLIX       | 0,0038478           | 0,00390216         | 0,9861         | 0,33793        |     |
| R-quadrado |                     | 0,684864           |                |                |     |

Analisando o resultado da região extremo Oeste Baiano na tabela15 o valor explicado para é 68,4864%, conforme obtido pelo  $R^2$ , do efeito logaritimidado o coeficiente linear é - 0,0591267. Para essa região a variável com significância estatística é RECT com o nível de 10%, sua constante é de 0,654846. O sinal positivo de RECT indica relação direta com a variável dependente DESPT, assim ao variar 1% em RECET impacta 0,654846 em DESPT. As demais variáveis tem significância menor que 10%.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os municípios baianos nota-se muita similaridade em termo de receita. Mais de 90% dos municípios tem renda per capita menor que R\$ 1.000,00 e 41% tem renda abaixo dos R\$ 700.00. Apenas 34 tem renda per capita acima de R\$ 1.000,00, com grande destaque para o município de São Francisco do Conde com R\$ 10.446,20 o segundo menor tem renda per capita de R\$ 4.426,02 que refere-se a Madre de Deus.

O objetivo de trabalho é analisar a riqueza municipal por meio de suas receitas e o efeito social e estrutural. É lógico pensar os municípios com maiores rendas apresentariam melhores performances, pois teria mais recursos disponíveis para investir na cidade, no entanto isso não é observado em alguns aspectos.

O IDHM busca medir a qualidade de vida dos indivíduos por município como longevidade, educação e padrão de vida. A cidade de Feira de Santana que tem renda per capita 30 vezes menor que São Francisco do Conde, apresenta melhor IDHM, ou seja, Feira de Santana proporciona aos seus cidadãos melhor expectativa de vida a cesso a educação e padrão de vida mesmo com renda per capita extremamente menor.

Outras variáveis, PLIX e PPDE apresenta um bom desempenho em quase todos os municípios, independento do tamanho da sua renda per capita. A variável PPBE e PAGUA são que tem os piores desempenhos. Para PPBE apenas 18 municípios baianos tem 90% de desempenho e mais da metade apresenta menos de 70% para essa variável.

Resumindo as variáveis das tabelas do MQO, a RECT é a variável que apresenta significância estatística em quase todas as regiões, exceto na Região extremo Oeste Baiano e Vale do São Francisco. Para região Centro Sul e RMS tem significância estatística de 1%. A variável IDHM tem apenas significância estatística em duas regiões. Na RMS e Centro Sul e Sul baiano.

A região Centro Sul Baiano e RMS são as duas regiões no qual há mais variáveis significativas. Vale do São do Francisco e Extremo Oeste Baiano são as duas regiões no qual não há significância estatística. As demais variáveis em sua maioria não tem significância estatística.

Logo, com esses resultados é possível pensar que outras variáveis não mensuráveis diretamente como vontade política ou eficiência administrativa e maior participação popular poderia ser adicionada ao termo independente da equação para proporcionar melhor entendimento no comportamento das variáveis apresentadas. Pois municípios com maiores rendas teoricamente deveria proporcionar melhor qualidade de vida para os seus cidadãos, no entanto isso não é a realidade para muitos municípios da Bahia.

## REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz; COUTO, Cláudio Gonçalves. A redefinição do papel do estado no âmbito local. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.3, n.10, p. 40-47, jul./ set. 1996. Disponível em:  
<[http://www.cedec.org.br/files\\_pdf/AredefinicaodopapeldoEstadonoambitolocal.pdf](http://www.cedec.org.br/files_pdf/AredefinicaodopapeldoEstadonoambitolocal.pdf)>. Acesso em: 28nov.2014.
- AFONSO, José Roberto Rodrigues; MELLO, Luís de. **Brazil: a nevolving Federation**. Washington, IMF, nov.2000. (Working paper).
- AFONSO, José Roberto Rodrigues; ARAÚJO, Érika Amorim. A capacidade de gasto dos municípios brasileiros: arrecadação própria e receita disponível. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 35-53, abr.2000. Disponível em:<[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/bf\\_bancos/e0001530.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/bf_bancos/e0001530.pdf)>. Acesso em: 26maio 1995.
- AFFONSO, R.B.A. ; SILVA, P.L.B. **Reforma tributária e federação: federalismo no Brasil**. São Paulo: FUNDAP/ Universidade Estadual Paulista, 1995.
- AFFONSO, R.B.A. Descentralização e reforma do estado: a federação brasileira na encruzilhada. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.14, n.2, p. 127-152, jun.2000.
- ALCOFORADO, Fernando. **Os condicionantes do desenvolvimento do estado da Bahia**. 2003. 389 f. Tese (Doutorado em planejamento territorial e desenvolvimento regional) – Universidade de Barcelona, Barcelona, 2003.
- ARRETCHE, Marta T. S.O mito da descentralização: maior democratização e eficiência das políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.31, p.1- 27, jun. 1996. Disponível em:  
<[http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=206:rbc-31&catid=69:rbc&Itemid=399](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=206:rbc-31&catid=69:rbc&Itemid=399)>. Acesso em: 13 ago. 2014.
- BAPTISTA, Creomar. Indicadores financeiros e capacidade tributária na Bahia – regiões e municípios. In: SEI. **Dez anos de economia baiana**. Salvador, 2001. , p. 243-260. (Estudos e pesquisas, 57).
- BLANCO, Fernando Andrés Cossío. **Disparidades econômicas inter-regionais, capacidade de obtenção de recursos tributários, esforço fiscal e gasto público no federalismo brasileiro**. 1998. 131 f. Dissertação (Mestrado em Economia)-PUC, Rio de Janeiro, 1998.
- BREMAEKER, François E. J. Mitos e verdades sobre as finanças dos municípios brasileiros. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.5, n.2, set.1995.
- CHALFUN, Nelson. Descentralização tributária e fiscal sob a visão econômica do federalismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.14, n.24,p. 131-158, jan.2005.
- GOMES, Gustavo Maia; DOWELL, Maria Cristina Mac. **Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios: o que é mau para o econômico nem sempre é**

bom para o social, Brasília: IPEA, 2000. Disponível em:  
<[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4133](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4133)>  
Acesso em: 18 mar.2015.

IBGE. **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro, 1990. v. 1, p. 135.

\_\_\_\_\_. **Divisão regional**. 2014. Disponível em:  
<[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default\\_div\\_int\\_shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int_shtm)>. Acesso em:  
29out. 2014.

LOUREIRO, M. R. ; ABRUCIO, F. L. Política e reformas fiscais no Brasil recente. **Revista Economia Política**, São Paulo,v. 24, n. 1, ,p. 50-72, jan./mar. 2004.

MELO, Marília Soares Araújo; PORTUGAL, TerezaNeuman Almeida Fonseca. **Federalismo fiscal: o impacto das transferências e partilhas no esforço tributário dos municípios baianos**. Salvador, 2002. 72 p.Disponível em:  
<[http://www.sefaz.ba.gov.br/scripts/ucs/externos/monografias/monografia\\_marilia\\_tereza.pdf](http://www.sefaz.ba.gov.br/scripts/ucs/externos/monografias/monografia_marilia_tereza.pdf)  
> Acesso em: 25 jul.2014.

MELO, M. A. Crise federativa, guerra fiscal e “hobbesianismo municipal” efeitos perversos da descentralização? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.3, n. 10,p. 11-20, jul./set.1996. Disponível em:<[http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v10n03/v10n03\\_02.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v10n03/v10n03_02.pdf)>  
Acessoem: 27 set. 2014.

MORA, M.; VARSANO, R. **Fiscal decentralization and subnational fiscal autonomy in Brazil: some facts of the nineties**. Rio de Janeiro: IPEA, dez.2001. (Texto para discussão, n. 854).

PARENTE,Giselly Ferreira. **Descentralização fiscal e criação de municípios: uma análise da evolução fiscal dos municípios baianos criados em 1989 (1989-2000)**. 2006. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)- Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, Salvador, 2006.

REMY, Maria Alice Pestana de Aguiar; VAZ, Daniela Verzola; QUEIROZ, Silvana Nunes de. Capacidade fiscal e condição de vida nos municípios fluminenses: uma análise multivariada. **Pesquisa e Debate**, São Paulo, v.23, n.1, p.20-76. 2012. Disponível em:  
<[revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/download/12378/8974](http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/download/12378/8974)>. Acesso em: 20 maio 2014.

REZENDE, Fernando. O município no século XXI: cenários e perspectivas. federalismo fiscal: novo papel para estados e municípios. **Revista Desenvolvimento Econômico e Social**, Rio de Janeiro, v. 1, p.38, 2007.

\_\_\_\_\_.**Finanças públicas**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001.p. 384

\_\_\_\_\_. Evolução da estrutura tributária: experiências recentes e tendências futuras. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 13, p. 1-32, jun. 1996.

RIBEIRO, Carlos A. C. **Crise fiscal em municípios: uma discussão teórica acerca de suas causas e indicadores**. p. 13. Disponível em:

<<http://www.unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/.../1489>>. Acesso em: 23 out.2014.

RODDEN, Jonathan. Federalismo e descentralização em perspectiva comparada: sobre significados e medidas. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 24, p. 9-27, jun. 2005.

SANTOS, Edmilson Santos dos. **Capacidade fiscal per capita dos municípios e difusão do programa segundo tempo/ME**. p. 24. Disponível em:<[http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/28\\_6\\_2012\\_15\\_19\\_14.pdf](http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/28_6_2012_15_19_14.pdf)>. Acesso em: 18 abr. 2015.

SANTOS, Everton Marques Soares. **Federalismo fiscal**: efeitos da descentralização fiscal e o impacto nas receitas municipais, o caso de Salvador. 2009. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)- Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, Salvador, 2009.

SERPA, Angelo. Periferização e metropolização no Brasil e na Bahia: o exemplo de Salvador. **GeoTextos**, v.2, n.1 e 2, p. 31-46, 2007. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewFile/3044/2147>> Acesso em: 15 mar.2015.

SERRA, José ;AFONSO, José Roberto R. **As finanças públicas municipais**: trajetória e mitos. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, out.1991. (Texto para discussão, n.3).

SOUZA, Celina. Governos e sociedade locais em contextos de desigualdades e de descentralização. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.7, n.3, p. 431-442, 2002.

SPINOLA, NoelioDantaslé. A implantação de distritos industriais como política de fomento ao desenvolvimento regional: o caso da Bahia. **RDE**, Salvador, n. 4, p. 28-48, jul.2001.

TANZI, V. **Fiscal federalism and decentralization**: a review of some efficiency and macroeconomic aspects. Washington, DC: World Bank, 1996. p. 295-316.

TER-MINASSIAN, T. Intergovernmental fiscal relations in a macroeconomic perspective: an overview. In: \_\_\_\_\_ (Ed.). **Fiscal federalism in theory and practice**. Washington, DC: IMF, 1997.

VARSANO, Ricardo. **Evolução do sistema tributário brasileiro ao longo do século**: anotações e reflexões para futuras reformas. Rio de Janeiro: IPEA, 1996. (Texto para discussão, 405).

VIOL, Andréa Lemgruber. O fenômeno da competição tributária: aspectos teóricos e uma análise do caso brasileiro. In: ESAF. **Finanças públicas**. Brasília, 2000, p. 247-331 (IV Prêmio Tesouro Nacional: coletânea de monografias).

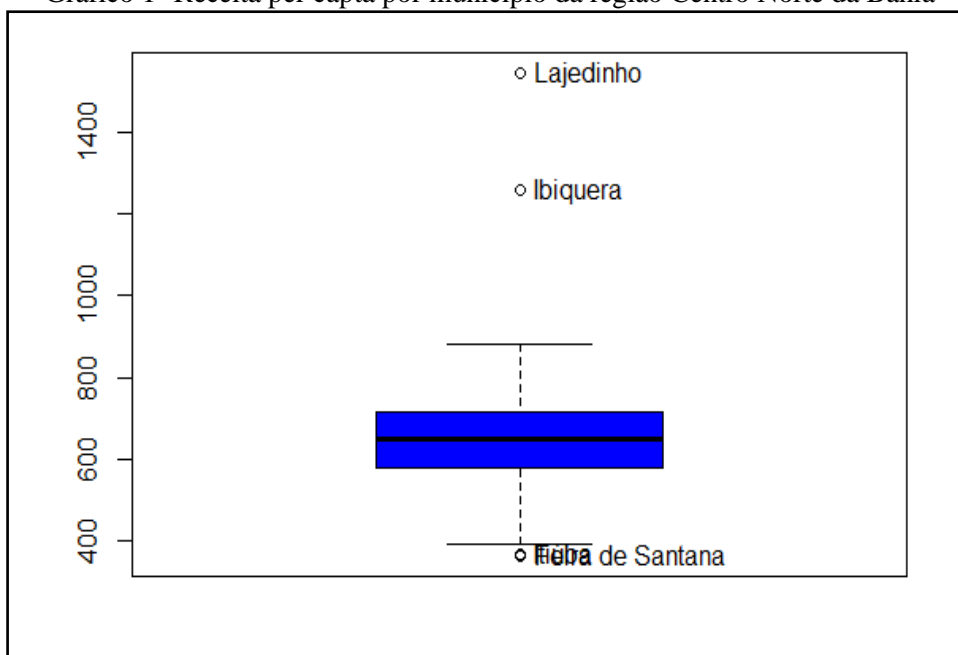
WERNECK, Rogério. L. F. Federalismo fiscal e política de estabilização no Brasil. **RBE**, Rio de Janeiro, v.2, n. 49, p. 375-390, abr./jun. 1995. Disponível em:<<http://www.bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/download/643/7994>>. Acesso em: 25 nov.2014.

## **APÊNDICES**



## APÊNDICE A – CENTRO NORTE DA BAHIA

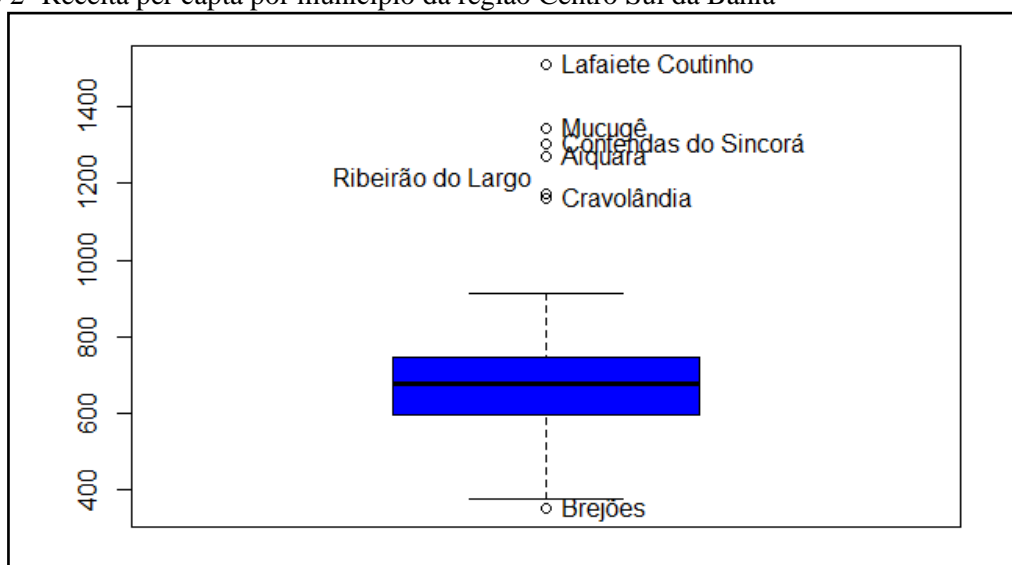
Gráfico 1- Receita per capita por município da região Centro Norte da Bahia



Fonte: Ebaloração própria, 2015

## APÊNDICE B – CENTRO SUL DA BAHIA

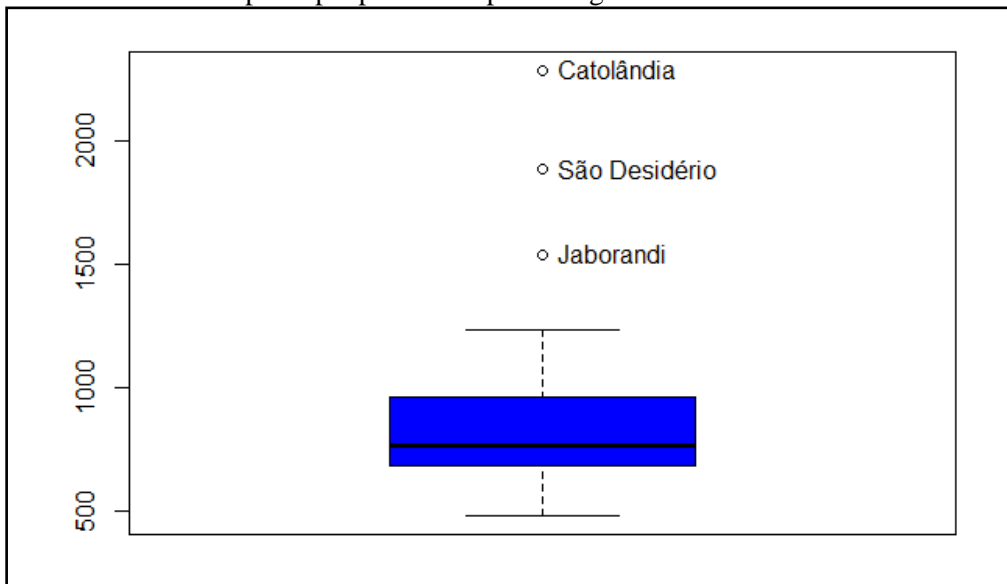
Gráfico 2- Receita per capita por município da região Centro Sul da Bahia



Fonte: Elaboração própria, 2015

## APÊNDICE C – EXTREMO OESTE DA BAHIA

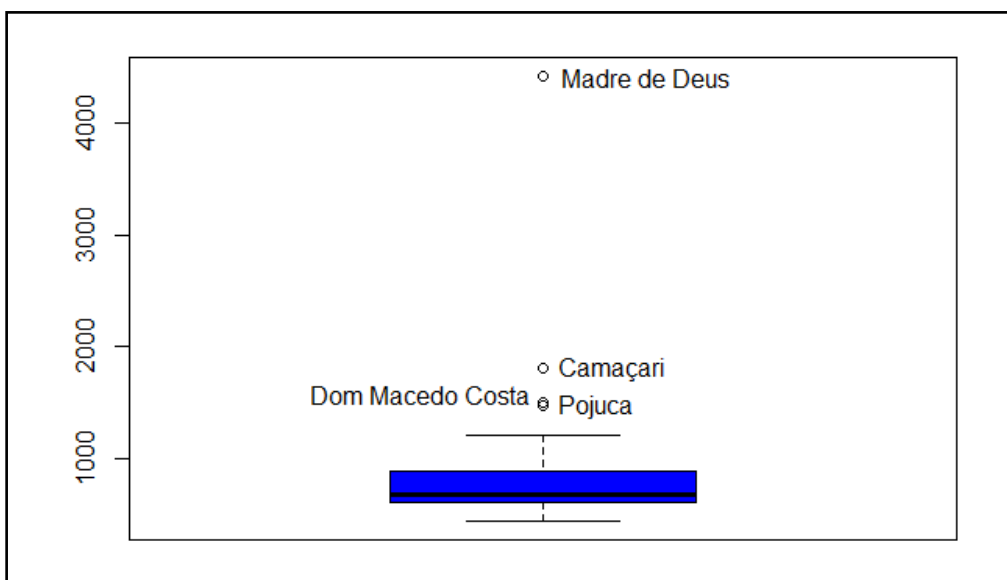
Gráfico 3-da receita per capita por município da região Extremo Oeste da Bahia



Fonte: Elaboração própria, 2015

## APÊNDICE D – METROPOLITANA DE SALVADOR

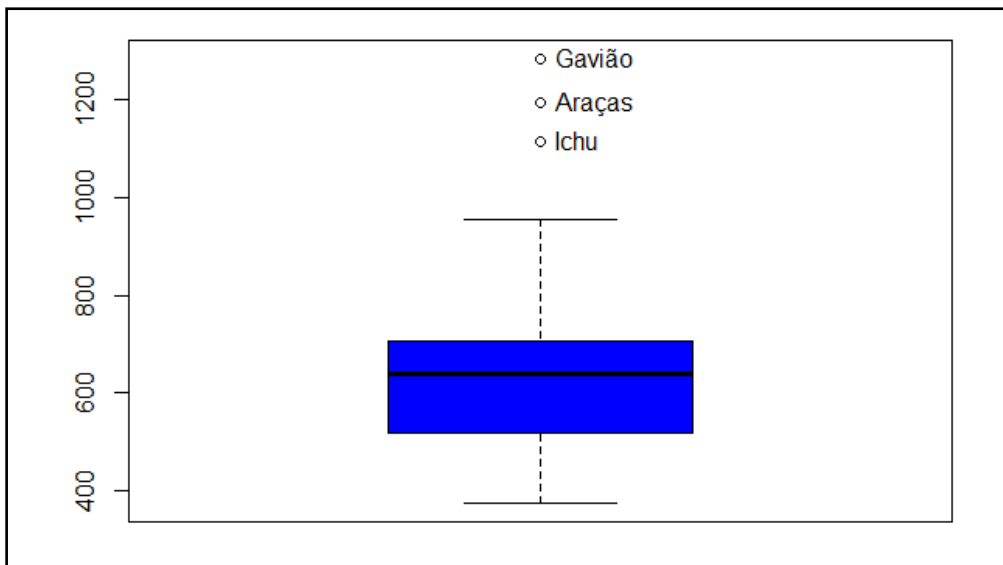
Gráfico 4- Receita per capita por município da região Metropolitana de Salvador



Fonte: Elaboração própria, 2015

## APÊNDICE E – NORDESTE DA BAHIA

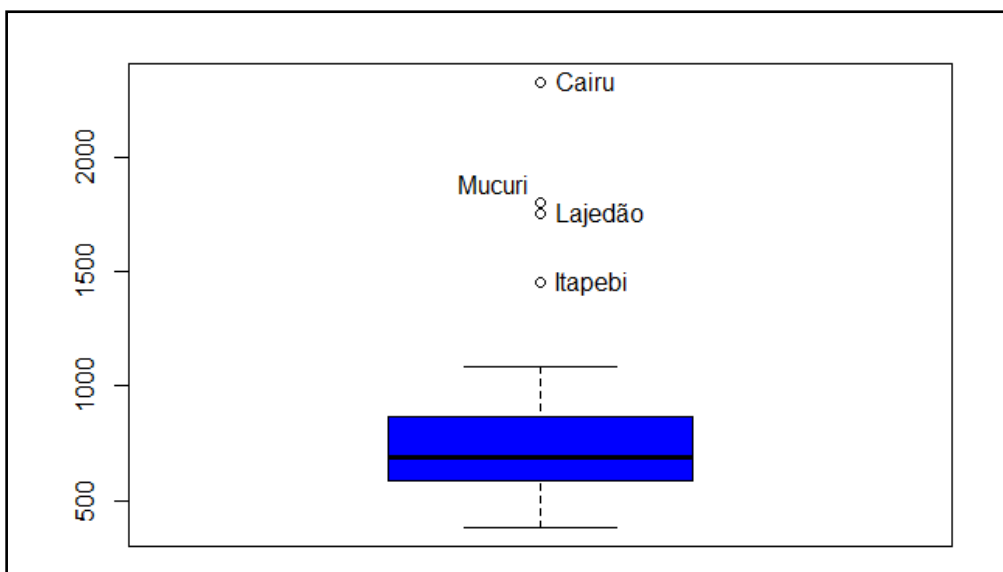
Gráfico 5- receita per capita por município da região Nordeste da Bahia



Fonte: Elaboração própria, 2015

## APÊNDICE F – SUL DA BAHIA

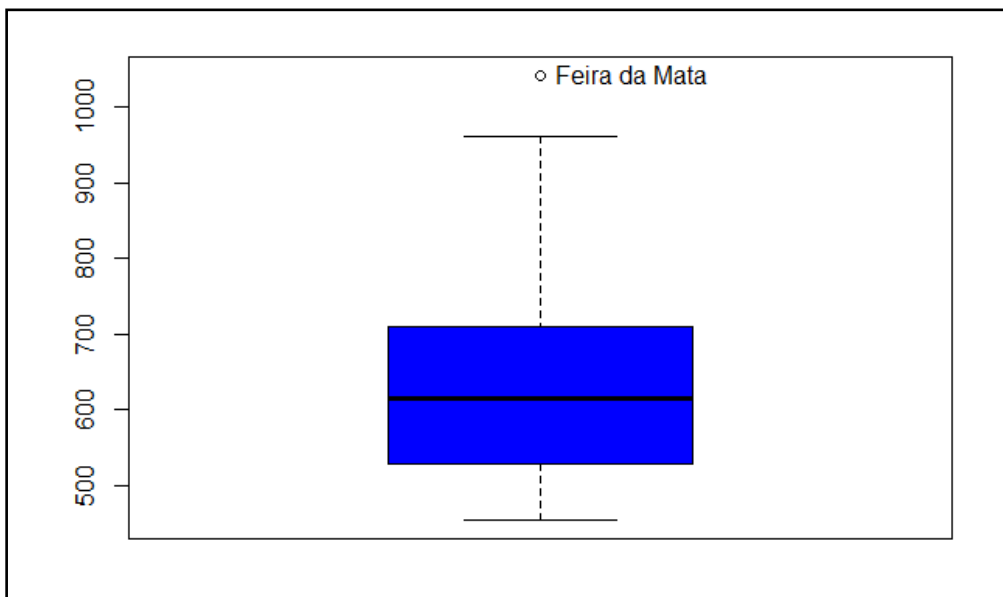
Gráfico 6 -Receita per capita por município da região Sul da Bahia



Fonte: Elaboração própria, 2015

**APÊNDICE G – VALE DO SÃO FRANCISCO DA BAHIA**

Gráfico 7- Receita per capita por município da região Vale do São Francisco da Bahia



Fonte: Elaboração própria, 20

